

GUIA METODOLÓGICO

Para o planejamento e a avaliação das ações de promoção dos direitos das pessoas com deficiência



GUIA METODOLÓGICO

Versão digital em português

GUIDE METHODOLOGIQUE

Version électronique en portuguais

Edição janeiro 2018 – versão digital em português

©RIPPH, 2018 – Todos direitos reservados

Depósito legal, janeiro 2018

Biblioteca nacional de Quebec

Biblioteca nacional do Canadá

ISBN: 978-2-922213-60-7 (PDF Português – RIPPH)

ISBN: 978-2-9563206-3-0 (PDF Português – CIEDEL)

ISBN: 978-85-54160-00-5 (PDF Português – Vida Brasil)

Versão original:

ISBN: 978-2-922213-57-7 (PDF Francês – RIPPH – Quebec, Canadá)

ISBN: 978-2-9563206-0-9 (PDF Francês – CIEDEL – Lyon, França)

ISBN: 978-85-54160-02-9 (PDF Francês – Vida Brasil, Brasil)

Traduzido do francês para o português por Islândia Costa e Damien Hazard

Rede Internacional sobre o Processo de Produção da Deficiência (RIPPH)

525, boul. Wilfrid-Hamel Est, F-117.4

Quebec (Quebec) CANADÁ, G1M 2S8

E-mail: ripph@irdpq.qc.ca

Website: www.ripph.qc.ca

Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local (CIEDEL)

10, Place des archives

69002 Lyon, FRANÇA

Website: www.ciedel.org

Vida Brasil

Rua da Mouraria, 74

Nazaré, 40.040-090

Salvador – Bahia, BRASIL

E-mail: salvador@vidabrasil.org.br

Website: www.blogdavidabrasil.blogspot.com.br

ORGANIZAÇÕES E PESSOAS ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DESTA GUIA

Comitê de redação :

NORMAND BOUCHER (Centro interdisciplinar de pesquisa em reabilitação e integração social - CIRRIIS e Rede internacional sobre o Processo de produção da deficiência - RIPPH), RAPHAËLLE BEAUDOIN (RIPPH), PATRICK FOUGEYROLLAS (CIRRIIS), DAMIEN HAZARD (Vida Brasil) et PASCALE VINCENT (Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local - CIEDEL)

Colaboradores: HERON CORDEIRO, ISLÂNDIA COSTA, EDMUNDO XAVIER (Vida Brasil) & EMMANUEL VIVIEN (CIEDEL)

Edição : CHANTAL CLOUTIER (RIPPH)

Com a participação no seminário em Marrocos:

MOHAMED EL KHADIRI, SOUMIA AMRANI, ABDELMAJID MAKNI, KARIM CHERKAOUI, IDRISSE AZ EL ARAB, AHMED HAOUATE, HAJAR LAARIBI (Collectif Marocain pour la Promotion des Droits de Personnes en Situation de Handicap – Maroc)

ASSIA HAZZI, ATIKA EL MAMRI (Federação Argelina das Pessoas com Deficiência – Argélia)

BOURAOUIA AGREBI, YOUSRI MZATI, ANWER ELHANI (Organização Tunisiana de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Tunísia)

LEHBOUSS OULD EL ID, TAMBO CAMARA (Federação Mauritana das Associações Nacionais de Pessoas com Deficiência – Mauritânia)

IDRISS ALZOUOMA MAÏGA (FÓRUM AFRICANO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ADF) – NÍGER)

Ilustradoras/es :

Capa: VÉRONIQUE GARCIA

Ilustração dentro do Guia: HERON CORDEIRO, ISLÂNDIA COSTA

Parceiros :



Janeiro 2018

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
OBJETIVOS DO GUIA	5
1. CONCEITOS-CHAVE.....	9
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL INCLUSIVO (DLI).....	10
1.2 GOVERNANÇA LOCAL	12
1.3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DA DEFICIÊNCIA (PPH)	14
2. MÉTODO E FERRAMENTAS	20
2.1 O MÉTODO.....	21
2.2 OS INSTRUMENTOS	24
I. O instrumento de Caracterização Territorial (CT).....	25
II. O instrumento de Caracterização da Governança Local (CGL)	30
III. A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE).....	35
IV. A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE).....	42
V. O Índice de Participação Sociopolítico.....	48
O INTERESSE DO USO COMBINADO DOS INSTRUMENTOS.....	54
ANEXOS.....	59
ANEXO I : PROGRAMA DO SEMINÁRIO EM MARROCOS	60
ANEXO II : EXEMPLO DE PLANEJAMENTO DO TRABALHO DE AVALIAÇÃO	67
ANEXO III : O INSTRUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL.....	71
ANEXO IV : O INSTRUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA GOVERNANÇA LOCAL	75
ANEXO V : A MEDIÇÃO DOS HÁBITOS DE VIDA.....	77
ANEXO VI : A MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE	84
ANEXO VII : O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA	89
ANEXO VIII : AMOSTRAGEM	90

LISTA DAS SIGLAS

- APF :** Associação dos Paralisados da França
- CCA :** Comissão colegiada acessibilidade
- CD :** Conselho departamental
- CGL :** Caracterização da governança local
- CIA :** Comissão Intermunicipal Acessibilidade
- CIEDEL :** Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local
- CIRRIS :** Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Reabilitação e Integração Social
- CRSA :** Comissão Consultiva Regional Saúde e Autonomia
- CT :** Caracterização Territorial
- CUB :** Comunidade Urbana de Bordeaux
- DLI :** Desenvolvimento Local Inclusivo
- FIRAH :** Fundação internacional de pesquisa aplicada sobre deficiência(do francês *Fondation internationale de Recherche Appliquée sur le Handicap*)
- IPS :** Índice de Participação Sociopolítica
- MDH :** Modelo de Desenvolvimento Humano
- MHAVIE :** Medição dos Hábitos de Vida (do francês *Mesure des Habitudes de Vie*)
- MQE :** Medição da Qualidade do Ambiente(do francês *Mesure de la Qualité de l'Environnement*)
- OPCD :** Organização de Pessoas com Deficiência
- PCD:** Pessoa com deficiência
- PPH :** Processo de Produção da Deficiência (do francês *Processus de production du handicap*)
- PRDLI :** Projeto « Participação das pessoas com deficiência na governança local: como medir os efeitos das estratégias de desenvolvimento local inclusivo »
- RIPPH :** Rede Internacional sobre o processo de produção da deficiência (do francês *Réseau international sur le processus de production du handicap*)

INTRODUÇÃO

A sociedade pode ser definida como uma comunidade de indivíduos e de grupos interdependentes. Transformar a sociedade para melhorar o exercício dos direitos humanos é um projeto definitivamente político. Trata-se de uma participação cidadã cujas expressões ilustram a mudança, mas também de uma abordagem animada por um conjunto de atrizes e atores sociais cujas ações sustentam nos dias atuais a vontade de transformação: a dimensão da inclusão é o novo motor deste projeto de sociedade. Essa vontade dá forma a uma **sociedade inclusiva**, definida como uma sociedade onde qualquer cidadão ou cidadã exerce seu pleno direito de participar da vida social, em condição de igualdade com os demais membros da comunidade.

Uma sociedade inclusiva pode ser concretizada apenas em um território, dentro de um território e por um território. Um território é ao mesmo tempo um espaço físico, um lugar de vida e de trabalho, onde é possível desenvolver relações sociais, culturais, econômicas, também um espaço de ação coletiva, e um espaço político onde se exerce um poder de decisão. Para ser concretizada, uma sociedade inclusiva precisa de políticas locais que permitam eliminar os obstáculos à participação, provenientes do ambiente físico (e em particular do ambiente construído) e social (notadamente das atitudes, dos direitos e dos mecanismos de governança). A efetivação dessas políticas é de responsabilidade de instituições locais descentralizadas e desconcentradas encarregadas de gerenciar os territórios, que devem ser acompanhadas durante sua implementação por dispositivos de governança democrática e participativa, necessários tanto para elaboração dessas políticas, quanto para que correspondam aos anseios e aspirações. Uma sociedade inclusiva baseia-se entre outros nos princípios da concepção universal e da acessibilidade ao meio físico, ao transporte e à informação. Esses princípios sustentam as ações de atrizes e atores locais, tais como as organizações de pessoas com deficiência (OPCD) que apoiam o desenvolvimento do seu território de forma a favorecer uma maior participação social das pessoas com deficiência (PCD) à vida na sociedade. É o que consideramos como Desenvolvimento Local Inclusivo (DLI).

OBJETIVOS DO GUIA

Para apoiar essas iniciativas de desenvolvimento local inclusivo um guia foi elaborado, com grandes etapas para planejar e avaliar ações de promoção dos direitos das PCDs com o apoio de 5 instrumentos, descritos a seguir:

Esse guia metodológico foi concebido para um fácil uso e entendimento. Visa a autoavaliação das abordagens e ações de incidência de atores envolvidos em territórios em processos de desenvolvimento local inclusivo, e principalmente OPCDs e atores institucionais locais. Essa autoavaliação concentra-se sobre a qualidade do acesso (por exemplo: avaliar a qualidade do acesso a um serviço no território; medir a melhoria deste acesso após ações corretivas; medir o impacto de uma ação de promoção dos direitos das mulheres com deficiência) e sobre a otimização da participação das atrizes e atores com deficiência no processo de desenvolvimento local inclusivo (por exemplo: autoanalisar a divisão do poder nos processos e espaços de controle social; autoavaliar a qualidade da participação dentro desses espaços, etc.) em conformidade com os artigos 4.3, 19 e 29 da Convenção internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) das Nações Unidas¹.

Essas ações de incidência sociopolítica ocorrem em diferentes contextos sociais e culturais, que conferem formas singulares que devem ser levadas em consideração nas suas especificidades. O principal objetivo deste guia é apoiar essas ações de planejamento e avaliação nos seus contextos específicos. Nesse sentido, os instrumentos podem ser utilizados em dinâmicas políticas territoriais e nacionais muito diferentes:

- onde as práticas de participação democrática no âmbito local já estão bem implantadas, com espaços de democracia participativa que foram criados e que funcionam;
- em territórios onde começam apenas práticas de diálogo de governos locais com organizações da sociedade civil, inseridas nas novas políticas de descentralização;
- em contextos onde as instituições democráticas mal funcionam ou não funcionam, e onde a importância das organizações da sociedade civil e em particular de pessoas com deficiência não está suficientemente reconhecida.

¹ **Artigo 4.3:** Obrigações gerais - Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas..

Artigo 19: Vida independente e inclusão na comunidade - Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade (...).

Artigo 29: Participação na vida política e pública - Os Estados Partes garantirão às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de exercê-los em condições de igualdade com as demais pessoas (...).

Origem

Este guia é o resultado de um processo que iniciou em 2012 em que os atuais parceiros experimentaram no campo, como parte de um projeto de pesquisa aplicada, tanto a relevância quanto a viabilidade de usar esses instrumentos na avaliação da participação das pessoas com deficiência no desenvolvimento local: <http://www.firah.org/centre-ressources/fr/developpement-local-inclusif.html>. No final deste processo, emergiu a necessidade de especificar o uso desses instrumentos e a maneira de como adaptá-los a diferentes contextos. Assim, os parceiros desenvolveram e apresentaram este guia em um exercício de validação como parte de um seminário de três dias que ocorreu em julho de 2017 em Rabat, Marrocos. Organizado com a estreita colaboração do Coletivo marroquino para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, o encontro reuniu 16 atores da Federação Argelina de Pessoas com Deficiência, Organização Tunisiana para a Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Federação Mauritânia das Associações Nacionais de Pessoas com Deficiência e Fórum Africano sobre Pessoas com Deficiência (Anexo I: Programa do Seminário de Marrocos).

Conteúdo

Esse guia é **uma ferramenta operacional para permitir a realização de ações concretas de planejamento e avaliação inseridas em uma dinâmica de desenvolvimento local para melhorar a inclusão das pessoas com deficiência**. O guia inclui três partes. A primeira parte apresenta as dimensões, os objetivos visados e a finalidade do guia. A segunda parte trata dos conceitos chave que sustentam este projeto do guia inclusivo. A terceira parte descreve o método e as características dos 5 instrumentos utilizados neste âmbito. Para cada um deles, contam exemplos de aplicação, para poder facilitar o seu uso. Esses cinco instrumentos também podem ser utilizados de forma combinada para obter um retrato completo da situação.

- **Como foi realizado?**

Este guia é o resultado de uma necessidade identificada no final do projeto de experimentação apresentado acima, envolveu os parceiros atuais que realizaram uma primeira versão do trabalho que foi analisada e validada durante um seminário de 3 dias em Rabat em julho de 2017.

- **O que contém?**

Esse guia contém cinco instrumentos que viabilizam a realização do planejamento e da avaliação de ações.

O instrumento de caracterização territorial (CT)

Permite retratar as dinâmicas que caracterizam o contexto territorial das ações desenvolvidas localmente através das relações que existem entre os atores, suas ações e os territórios onde essas ações estão implementadas.

O instrumento de caracterização da governança local (CGL)

Esta ferramenta permite avaliar ao mesmo tempo em que fase as organizações de pessoas com deficiência estão envolvidas, seu nível de envolvimento e os mecanismos implementados para promover sua participação.

A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE)

Esta ferramenta permite medir a qualidade da realização das atividades habituais relacionadas com as refeições, o deslocamento, a comunicação, etc. e os papéis sociais que se referem à ocupação em um trabalho, estudos, participação em atividades associativas, etc. Isso diz respeito à participação social.

A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE²)

Esse instrumento contribui para identificar a influência do ambiente percebida por uma pessoa ou um grupo de pessoas, e avaliar as mudanças decorrentes de intervenções no/sobre o território na realização das suas atividades diárias.

O Índice de Participação Sociopolítica (IPS)

Esse índice permite analisar e sintetizar o impacto e a qualidade da participação de organizações da sociedade civil em espaços de controle social, no âmbito coletivo.

- **Para quem está destinado?**

Concebido em uma perspectiva de autoavaliação, este guia destina-se em prioridade para atrizes e atores de campo diretamente envolvidos no cotidiano em ações de DLI. Estes incluem os seguintes grupos: pessoas com deficiência, suas famílias e suas organizações representativas, profissionais e organizações que trabalham na área da deficiência, prestadores de serviços e outras organizações que atuam na sociedade e que devem levar em conta a questão da deficiência, como arquitetos, professores, e empresas, ou ainda autoridades políticas e funcionários dos setores público e privado a nível local.

Também é destinado a pesquisadores, profissionais e assessores que, por meio de suas competências metodológicas, podem apoiar esses processos de planejamento e avaliação. Essas competências estão relacionadas com a avaliação e análise de dados estatísticos. Numa perspectiva de colaboração e de projeto participativo, essas pessoas podem acompanhar os atores em campo no seu processo de avaliação das ações. A intervenção desses atores não é obrigatória para um simples planejamento ou avaliação que não requer a utilização cruzada de todas as cinco ferramentas, mas será necessária no caso de um uso do conjunto dos 5 instrumentos com uma amostra representativa. Também é possível obter o apoio do RIPPH, acessando www.ripph.qc.ca.

Finalmente, a diversidade geográfica dos atores envolvidos na fase inicial da pesquisa aplicada (França, Canadá, Brasil, Marrocos e Madagascar), bem como no forte envolvimento dos atores africanos na produção deste guia, contribui para que este possa ser utilizado em todos os contextos geográficos, que seja na Europa, nas Américas do Norte e do Sul, na África e em outros continentes.

- **Para que serve?**

Vale lembrar que este guia é um meio operacional para atrizes e atores de DLI que permite implementar ações concretas de planejamento e avaliação em campo.

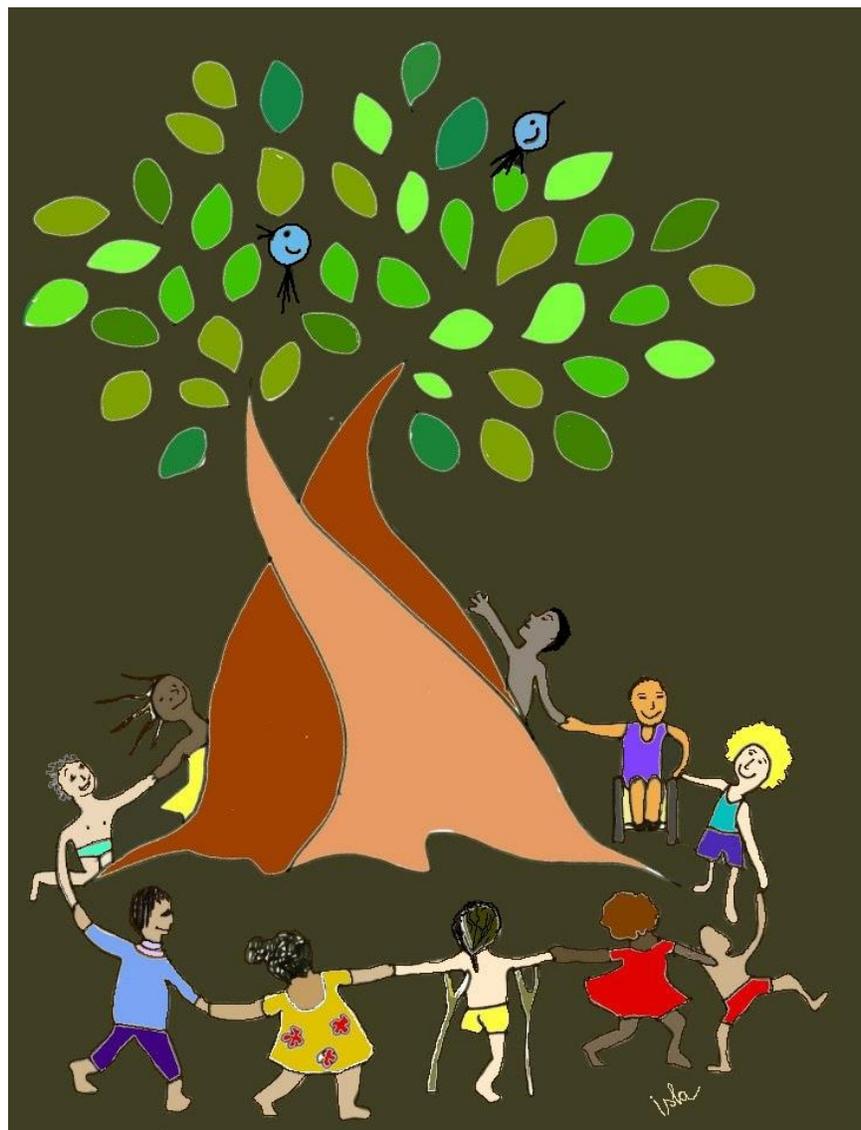
O guia está disponível em 4 línguas> francês, árabe, inglês e português. Com essas línguas, o guia pode ser utilizado em muitos países e inclusive em todo território do continente africano.

² Em francês: *Mesure de la Qualité de l'Environnement* (MQE)



Fonte: Seminário em Rabat (Marrocos) – 7 a 9 de julho de 2017

1. CONCEITOS-CHAVE



1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL INCLUSIVO (DLI)

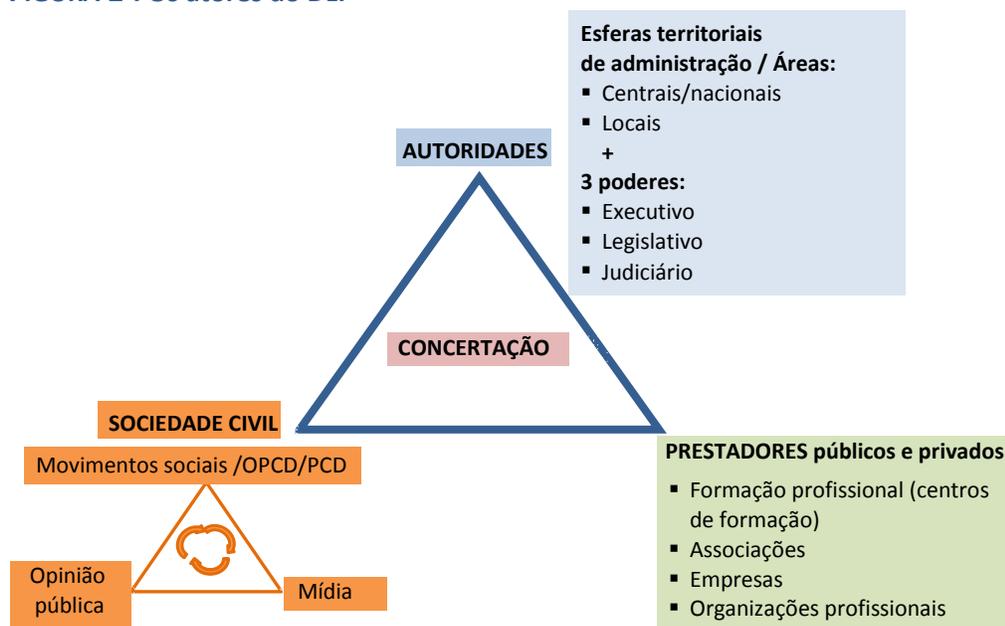
De que estamos falando e quem está relacionado?

O desenvolvimento local inclusivo (DLI) é um processo que visa e permite a plena participação social, econômica, cultural e política em um território. Diz respeito potencialmente a todos os atores em diferentes níveis: indivíduos, grupos, associações, instituições públicas, empresas, mídia, financiadores, famílias, etc.

Os **atores** do DLI são de 3 tipos:

- A sociedade civil em geral, que inclui as pessoas com deficiência, as organizações de pessoas com deficiência, a população em geral, os movimentos sociais e outros grupos de interesse. Também está caracterizada pela opinião pública, que corresponde à maneira de pensar mais difundida em uma sociedade, e que se expressa na mídia (exemplo. Mídia escrita e eletrônica).
- As autoridades no âmbito central ou nacional e local, representadas nos 3 poderes:
 - o poder executivo que executa as políticas. É exercido geralmente pelo governo e pelos serviços técnicos nos diversos níveis;
 - o poder legislativo que decide e legisla. É exercido por uma Assembleia, que representa o conjunto das pessoas que foram eleitas ou designadas, à exemplo do parlamento, da assembleia legislativa ou da Câmara municipal;
 - o poder judiciário, que aplica a lei, geralmente exercido pelos tribunais.
- Os prestadores de serviços, tais como as organizações profissionais, associativas, o setor público/privado, as empresas e cooperativas de economia solidária...

FIGURA 1 : Os atores do DLI



As formas de diálogo, de participação democrática e de tomada de decisões no âmbito local estão no seio do conceito de DLI, para garantir uma plena participação das pessoas no seu território. Elas se concretizam nas modalidades de governança e os dispositivos implementados pelas instituições locais dentro dos processos de DLI, tais como os mecanismos, os instrumentos e os espaços de controle social e de democracia participativa. A representação da diversidade no centro desses dispositivos é um fato importante de sucesso para concepção e implementação de políticas locais. O acesso aos dispositivos de governança e o domínio das competências necessárias para participar de forma eficiente são condições essenciais para o funcionamento desses dispositivos. Nesse sentido, o fortalecimento das capacidades de gestão das organizações da sociedade civil, das organizações de pessoas com deficiência e de todos os diversos atores envolvidos é fundamental. O desenvolvimento local inclusivo, e de forma geral a construção de uma sociedade inclusiva, passam pela estruturação e disseminação de uma nova cultura política no âmbito dos territórios e dos Estados.

1.2 A GOVERNANÇA LOCAL

Entendemos aqui por governança não somente o conteúdo das políticas, mas também a maneira de concebê-las e de implementá-las dentro de uma lógica de co-construção e de cogestão das decisões públicas, assim como os fatores que geram confiança entre atores e que permitem reduzir a incerteza nas relações econômicas, sociais e políticas. Isso diz respeito por exemplo aos métodos de diagnóstico participativo das situações e das necessidades locais; os espaços de debates sobre os problemas, as necessidades, os desafios, os métodos de mobilização e de animação; os grupos de trabalho; as oficinas de projetos; os procedimentos de funcionamento das instâncias de trabalho e de decisão; as modalidades de acesso à informação sobre as decisões públicas; os mecanismos de prestação de contas e de transparência (*accountability*), as modalidades de acesso às instâncias de decisão, etc.

A governança local pode ser analisada concretamente através de um projeto, uma ação ou mesmo uma política; a sua concretização é realizada por um responsável (pela decisão de fazer e de realizar).

Esta realização de um projeto, uma ação ou mesmo uma política passa por diferentes etapas de implantação. Em cada etapa, os atores, além da pessoa responsável, podem estar envolvidos. O nível de envolvimento de outros atores traduz-se em um nível de compartilhamento de poder e de participação na tomada de decisões sobre a ação desenvolvida. Muitas vezes, falamos de "concertação" em geral, mas é importante distinguir os níveis de compartilhamento de poder que sustentam os mecanismos implementados.

O compartilhamento de poder e o envolvimento de outros atores podem ser concretizados em primeiro lugar pela educação / sensibilização, aumentar com as informações transmitidas, ampliar com consulta e concertação, e pode chegar até a co-decisão.³

Exemplos de mecanismos e de práticas que estimulam a « boa » governança :

As práticas de trabalho dentro de um espaço de controle social implementado por um município com base em um diagnóstico participativo por meio de métodos diversos tais como:

- *o MARP – diagnóstico do território baseado no saber local,*
- *o SWOT – síntese do diagnóstico em forças/fraquezas/oportunidades/ameaças,*
- *o diagnóstico caminhando – diálogo entre instituições e usuários através de um diagnóstico itinerante sobre a gestão do território,*
- *as oficinas de rua – espaços de trabalho abertos para o público,*
- *os portadores de palavras – debate dentro dos espaços públicos com quem circula*

Grupos-projetos, oficinas de propostas cujas formas podem ser muito variadas, a exemplo de:

- *os world café (chuva de ideias – brainstorming, que se move e que circula),*
- *os teatros-fóruns (peça de teatro interativa),*
- *as oficinas de cenários (escrita aberta de propostas futuras),*
- *os fóruns abertos (debate aberto);*

Os métodos de planejamento, monitoramento e avaliação, etc.;

³ Para maiores detalhes, ver o instrumento de caracterização da governança local.

As modalidades de participação política e cidadã dos habitantes ou das associações à vida do seu território:

- as assembleias constituintes cidadãs – participação dos cidadãos no processo de revisão de um texto jurídico,
- as pesquisas de opinião deliberativas – método de consulta pública baseado em uma amostra,
- os juris cidadãos – método de consulta pública com base aleatória,
- as conferências de consenso – método de consulta ou de concertação c/ base específica focada,
- os orçamentos participativos,
- os painéis de especialistas – método de elaboração de um posicionamento, etc.;

as políticas que afetam a vida cotidiana:

- projeto de território,
- plano de desenvolvimento local,
- política de inclusão,
- política sobre deficiência, etc.;

o reconhecimento do papel das associações na promoção de práticas inovadoras em matéria de governança local (seu papel na mobilização dos moradores, na animação do território, na formulação de opiniões e posicionamentos, na negociação de decisões, na avaliação de impacto, etc.)...

Conceitos relacionados com a governança local

- **Atores:** são indivíduos, associações, instituições (públicas) situadas em um ou vários territórios, que concebem ou implementam ações nesse(s) território(s); essas ações produzem impactos ou efeitos sobre esse(s) território(s), e também podem surtir efeitos e impactos sobre outros atores e outras ações ...

Exemplo: Coletivos, grupos de cidadãos que estão envolvidos na vida do seu bairro.

- **Territórios:** são aqui suportes de transformação: ao mesmo espaços geográfico, de vida e de trabalho, espaços socioculturais e econômicos, e lugares de exercício de poderes gerenciados institucionalmente; são lugares onde os atores se encontram, debatem, concebem e implementam ações. Essas ações produzem impacto sobre outro ou outros território(s) e podem ter um impacto sobre outros atores e outras ações.⁴

Exemplo: uma cidade, um bairro, uma metrópole, um vilarejo, etc.

- **Ações:** são soluções para problemas de curto, médio ou longo prazo, que são idealizadas e implementadas por atores, em um ou vários territórios.
- **Participação social:** a participação social de uma pessoa corresponde à realização dos seus hábitos de vida no seu meio (escola, espaço de trabalho, bairro, etc.).

⁴ LEFEBVRE, Henri, 1974, La production de l'espace, Paris; Anthropos ;ANTHEAUME Benoit, GIRAUT Frédéric, Le territoire est mort, vive les territoires. Une (re)fabrication au nom du développement. IRD Editions, Paris, 2005, 382p; PASQUIER Romain, GUIGNER Sébastien, COLE Alistair, Dictionnaire des politiques territoriales, Paris, Les Presses de Sciences PO, 2011, 584 p.; MARTIN Jean-Yves, Une géographie critique de l'espace du quotidien. L'actualité mondialisée de la pensée spatiale d'Henri Lefebvre. Artículo - Journal of Urban Research [Online], 2 | 2006, Online since 17 July 2006, connection on 25 August 2017. URL : <http://articulo.revues.org/897>; DOI : 10.4000/articulo.897

- **Participação política e cidadã:** é o papel exercido pelos cidadãos e pelas cidadãs em relação à tomadas de decisões que tem consequências sobre a comunidade e sua organização.

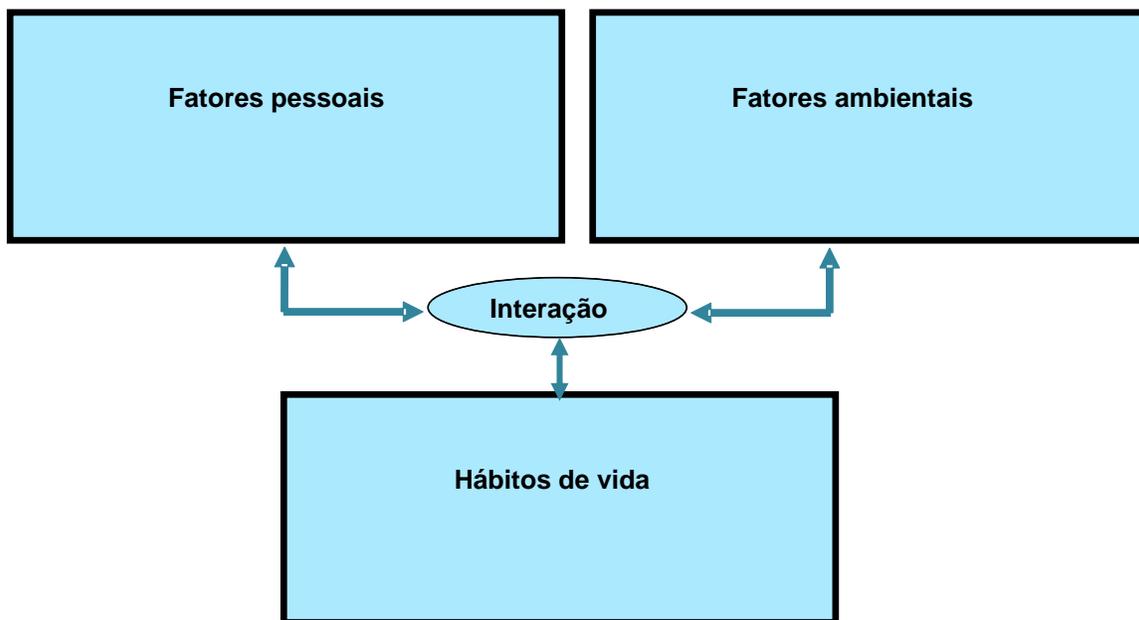
Exemplo: a pessoa pode votar nas eleições, ser candidata, participar de debates, de audiências ou de reuniões que tratam de políticas para o território, ou ainda pode envolver-se em uma associação ou em um projeto em prol dos direitos das pessoas com deficiência.

- **Empoderamento:** na junção entre as dimensões individuais e coletivas, o empoderamento (do inglês *empowerment*) faz referência à apropriação do poder por parte de uma pessoa ou de um grupo.. Essa perspectiva parte da « constatação que certas comunidades não possuem, ou tem a percepção de não possuir controle sobre os recursos que necessitam, ou sobre as decisões que são tomadas para garantir seu bem estar » (Ninacs, 2003a, p. 15). O empoderamento reconhece o potencial e a capacidade dessas pessoas, tanto individualmente quanto coletivamente, de se reapropriar esse poder, para acessar a um “melhor estar” (Ninacs, 1995). A intervenção pode ser orientada segundo três principais componentes: o empoderamento individual, o empoderamento comunitário e o empoderamento organizacional.

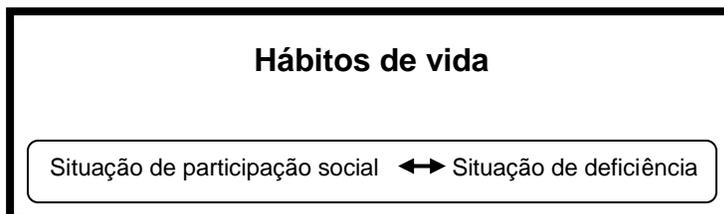
1.3 O PROCESSUS DE PRODUÇÃO DA DEFICIÊNCIA (*Processus de Production du Handicap- PPH*)

O PPH permite explicar a deficiência como uma noção **contextual, situacional, que resulta da interação entre fatores individuais (próprios da pessoa) e fatores ambientais (próprios do ambiente físico e social)**. Segundo esse modelo, a situação de participação social (ao contrário da situação de deficiência) corresponde à plena realização dos hábitos de vida (a possibilidade de realizar atividades cotidianas como tomar banho, cozinhar, comunicar, se locomover, e assumir papéis sociais como o trabalho, as responsabilidades familiares e cívicas, etc.).

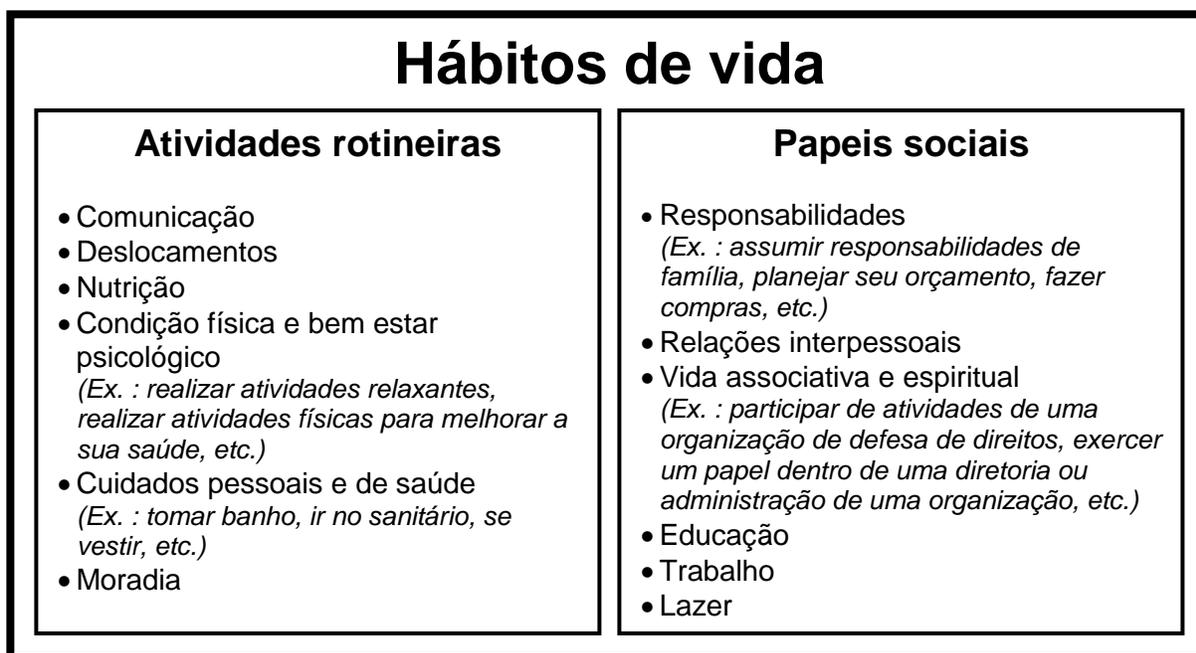
O PPH é um modelo de análise adaptável ao nível coletivo: é possível caracterizar os fatores pessoais e os fatores ambientais enfrentados pelas pessoas com deficiência de forma geral no território, considerando que os grupos possuem características próprias comuns, e capacidades mas ou menos desenvolvidas que interagem com o ambiente, e que permitem ou não participar socialmente.



Zoom sobre os conceitos chaves do PPH



- **Hábitos de vida:** são todas as atividades rotineiras ligadas às tarefas domésticas e cotidianas, e todos os papéis sociais relacionados com outras pessoas ou com instituições, com atividades de família, de trabalho, lazer, etc. que são valorizadas pela pessoa no seu contexto de vida.



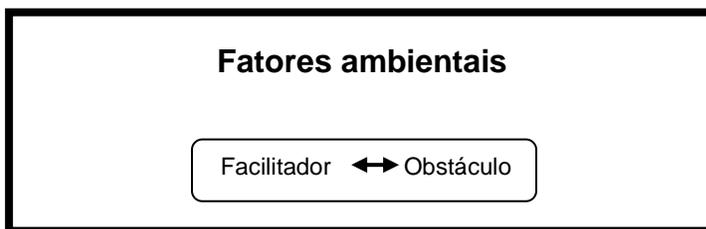
- **Situação de Participação social:** a participação social corresponde a uma situação de plena realização de um de vários hábitos de vida (atividades rotineiras e papeis sociais).

Exemplos:

- *Uma criança em cadeira de rodas frequenta a escola (1º grau) no seu município, onde faz vários amigos.*
 - *Marcel expressa facilmente suas necessidades. Desde que seus pais usam pictogramas, ele entende melhor as orientações verbais. Isso permite que possa alimentar melhores relações com sua família.*
- **Situação de Deficiência:** ao contrário de uma situação de participação social, uma situação de deficiência corresponde à redução de um ou vários hábitos de vida.

Exemplos:

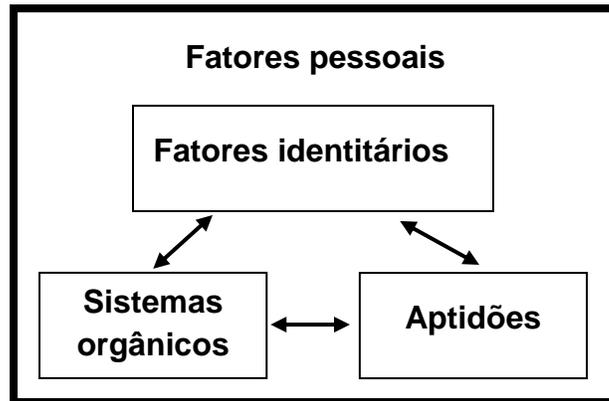
- Durante a passagem do 1 para o 2 grau, o jovem Mohamed não pode mais frequentar a escola do seu município: o colégio não possui rampa de acesso e direção da escola não quer realizar obras. A escola não é mais acessível fisicamente para Mohamed que usa cadeira de rodas. Não pode mais conviver com seus amigos, como costumava fazer.
- Judite tem dificuldade em exercer o seu papel de mãe. Tem pouco apoio, suas relações sociais são restritas e está sempre esperando para obter assistência. Ainda é vítima de vários preconceitos: questiona-se sempre suas competência de mãe porque tem uma deficiência intelectual.



- **Fatores ambientais:** são todos os fatores sociais, econômicos, políticos, físicos e tecnológicos do espaço onde a pessoa (em situação de deficiência ou de participação social) evolui. Esses fatores caracterizam a organização e o funcionamento de uma sociedade em **diferentes níveis**:
 - Nível Macro-Societal
Exemplo: as políticas sociais, as leis, etc.
 - Nível Meso Comunitário
Exemplo: o bairro, as infraestruturas coletivas como o transporte, um centro comunitário, etc.
 - Nível Micro Pessoal
Exemplo: a sala de aula na escola, o espaço e local de trabalho, a residência, etc.

É possível adaptar o nível micro-pessoal com adaptações pessoais, enquanto as adaptações no âmbito meso-comunitário se referem mais a um nível coletivo. Os atores envolvidos são diferentes em cada um desses níveis. Com o planejamento urbano, é possível favorecer a participação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. No âmbito micro-pessoal, pode-se fornecer apoio para uma pessoa próxima para favorecer a realização dos seus hábitos de vida. No nível meso-comunitário, a implementação de um sistema de transporte adaptado e eficaz pode facilitar os deslocamentos e a participação em diversas atividades. Na esfera macro-societal, a adoção de uma política ou de um plano de ação pode ter repercussões que favorecem a participação social de um grupo de pessoas ou de uma população.

- **Facilitador / obstáculo:** O ambiente pode se facilitador ou um obstáculo para realização dos hábitos de vida.

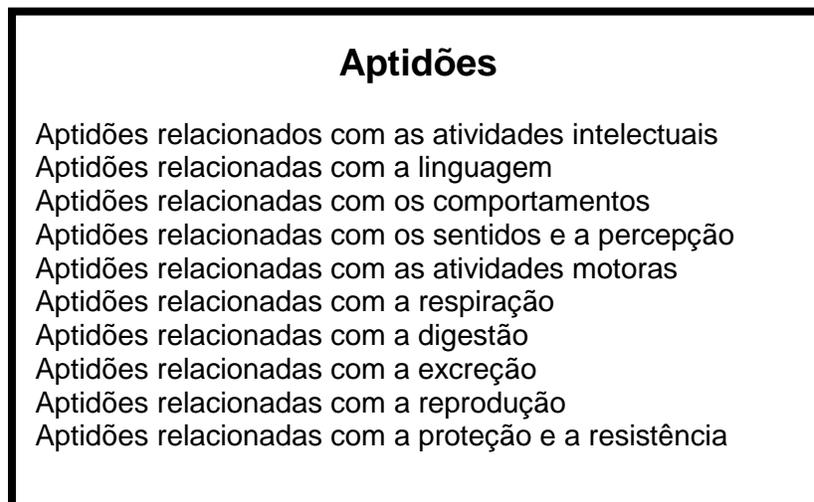


- **Fatores pessoais:** um fator pessoal é uma característica própria da pessoa, tal como a idade, o sexo, a identidade sociocultural, os sistemas orgânicos, as aptidões, etc.

As aptidões e os fatores identitários são **duas dimensões chaves que precisam ser entendidas na relação da pessoa com o seu ambiente.**

Uma aptidão é a possibilidade para uma pessoa de realizar uma atividade física ou mental.

As grandes categorias de aptidões são:



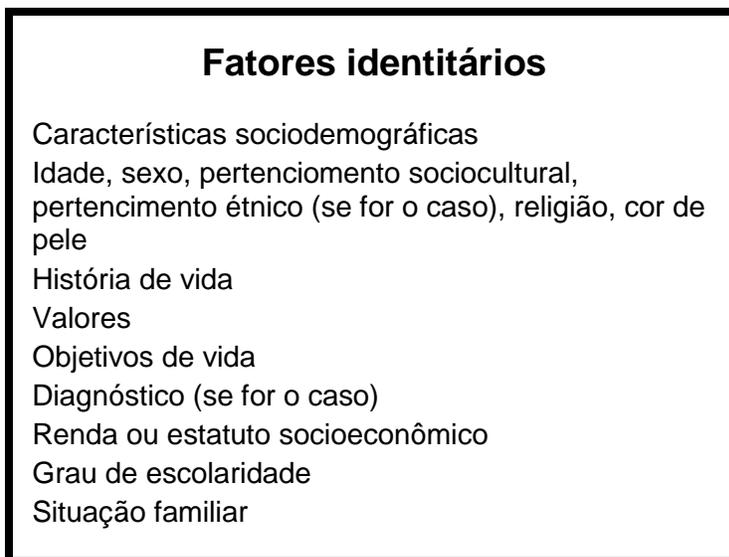
Os fatores identitários **devem ser considerados na sua relação com o ambiente e com a realização dos hábitos de vida.** Isso significa que os fatores identitários só podem ser facilitadores ou obstáculos na relação com esses dois elementos.

Exemplos:

- *A idade para frequentar a escola.*
- *Ser portador de um diagnóstico que é alvo de preconceitos no bairro: problema de saúde mental, albinismo, cor de pele, HIV, etc.*

- *O sexo (gênero) quando as mulheres não estão autorizadas a realizar algumas atividades de vida cotidiana ou de trabalho, ou a cuidar de funções relacionadas com o poder executivo.*

As grandes categorias de fatores identitários são:



O PPH consiste em uma abordagem global que considera todos os elementos do desenvolvimento humano, e na qual:

- **A deficiência de inscreve em um processo de mudança individual e coletivo.** A deficiência assim é relativa, e depende da evolução no tempo das características pessoais (reabilitação, educação, aparelhagem ortopédica) e dos obstáculos ambientais, que se transformam em facilitadores em um desenvolvimento inclusivo, como a atitude dos colegas de trabalho, a acesso a facilidades de higiene, a um transporte adaptado, a meios financeiros de compensação.
- **O ambiente pode ser facilitador ou obstáculo** para realização dos hábitos de vida.
- O contexto de vida influencia a maneira com a qual uma pessoa, com suas características identitárias e funcionais, realiza seus hábitos de vida.

Exemplos:

- *Viver em meio rural ou urbano.*
- *A vida em uma família ou a vida em uma instituição.*
- *Ir para escola de educação especial ou ir para escola do bairro.*

A **medida da participação social** que está proposta neste guia baseia-se no modelo PPH. Entender a **deficiência como uma noção relativa**, que dizer uma situação que resulta da interação dos fatores individuais e ambientais e que pode mudar, faz com que a medição dos efeitos do DLI seja efetuada em três âmbitos:

- 1) Sobre os fatores pessoais
- 2) Sobre os fatores ambientais
- 3) Sobre a participação social que resulta das suas interações

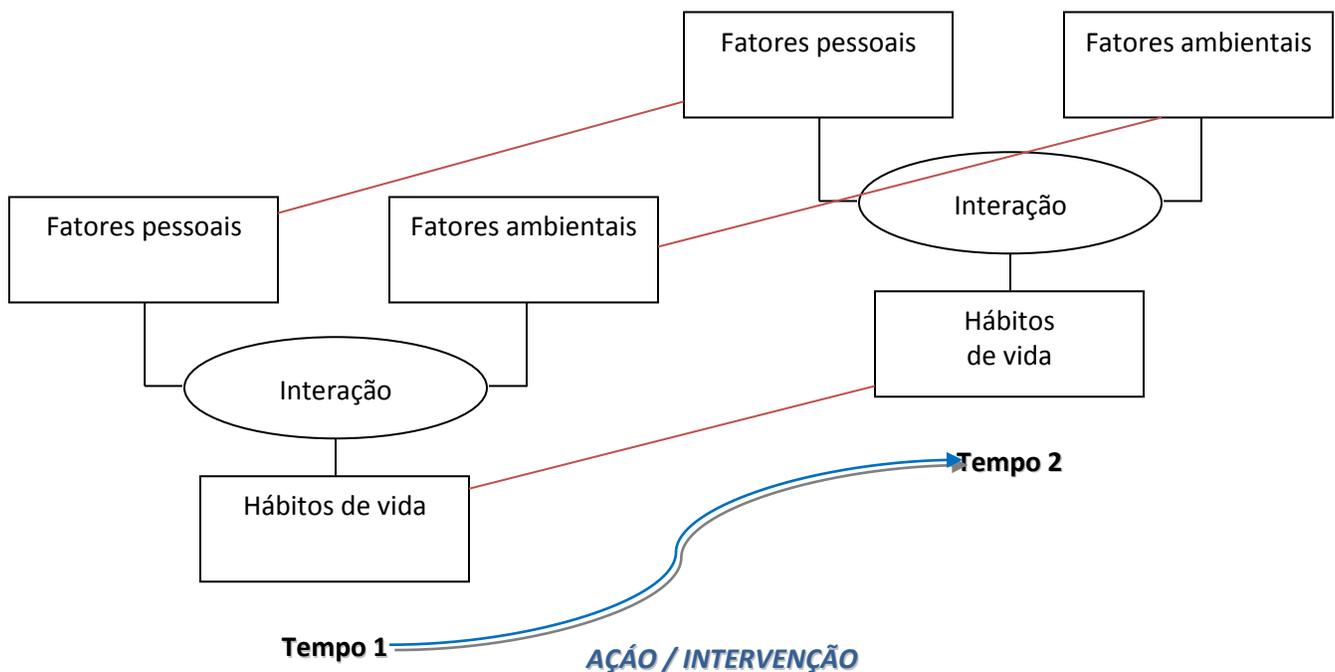
Observar e medir as mudanças

Utilizar o PPH como referencial metodológico permite enxergar a mudança de situação, e medir para isso as diferenças que existem entre:

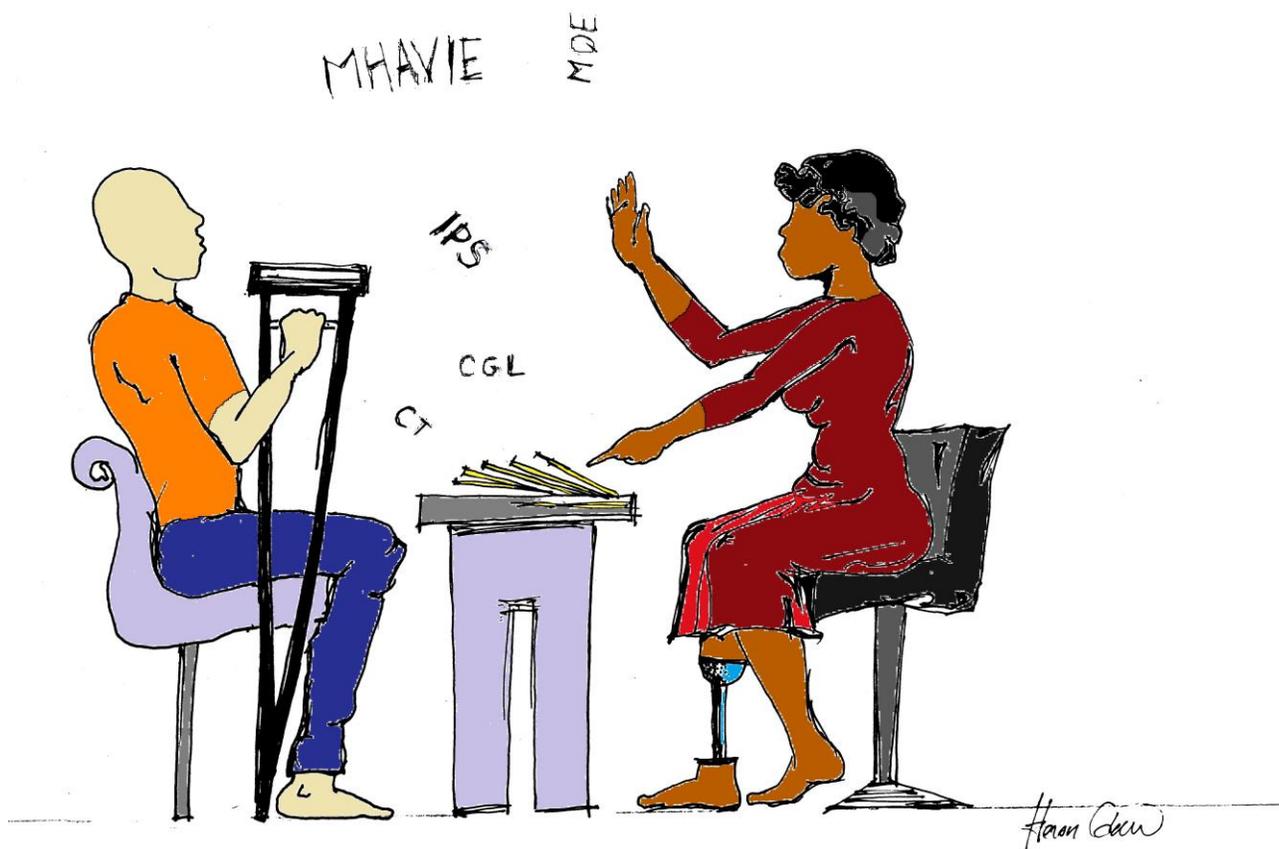
- A situação inicial, que corresponde ao ponto de partida de uma ação que visa eliminar um obstáculo à participação social das PCDs (por exemplo, desenvolver um sistema de transporte melhor adaptado às necessidades, favorecer o acesso à água, etc.). É o momento onde o problema está identificado e definido, e estão desenvolvidos objetivos de intervenção relacionados com a participação social;
- A situação observada após a realização da ação, ou o resultado em termos de participação social.

O modelo PPH, com as ferramentas que decorrem (MHAVIE e MQE), possibilita para os atores de campo o acompanhamento da mudança almejada, e principalmente corrigir a ação se seus efeitos não forem os esperados. Os instrumentos de medição oferecem a possibilidade de tirar uma fotografia da situação. O caso ideal é poder retratar em dois intervalos de tempo e de medição distintos, e assim comparar o que mudou depois da realização de uma ação ou de uma intervenção.

Observar as mudanças com o MDH-PPH



2. MÉTODO E INSTRUMENTOS



2.1 O MÉTODO

Esse guia tem como objetivo facilitar o planejamento e a avaliação das ações de promoção dos direitos das PCDs (DLI) por meio de um método de caracterização (ou diagnóstico) e análise das situações participação social, incluindo a participação política e cidadã, e sua evolução. Visa apoiar as atuações na área de controle social, a avaliação e outras formas de ações.

Apresenta cinco instrumentos úteis neste contexto:

- I. O instrumento de Caracterização Territorial (CT)
- II. O instrumento de Caracterização da Governança Local (CGL)
- III. A Medição dos Hábitos de Vida
- IV. A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE)
- V. O Índice de Participação Sócio-política (IPS)

Em que consiste a abordagem? (Para obter os detalhes das perguntas e dos itens abordados em cada uma das etapas, ver o Anexo II)

Como evocado anteriormente, a abordagem do trabalho se inscreve em um processo de ação (identificação do que fazer, concepção de como fazê-lo, implementação) destinado a favorecer a elaboração e implementação de políticas locais favoráveis à participação das PSH na vida pública, social e política. Esse processo de ação implica em:

- Descrever: escolher um tema de trabalho, descrever o território, as situações vividas, as ações desenvolvidas (estado da arte: fatos, constatações);
- Diagnóstico: escolher um problema, tentar entender as situações, buscar as causas e consequências, identificar forças e fraquezas, necessidades e aspirações;
- Decidir soluções: identificar os desafios e as mudanças desejadas ; buscar soluções, fixar objetivos;
- Planejar: organizar etapas de realização, identificar os meios necessários, definir a divisão de responsabilidades;
- Executar: aplicar as decisões tomadas, monitorar sua implementação, adaptá-las aos contextos;
- Avaliar: realizar um balanço, identificar e analisar os resultados e as mudanças ocorridas, identificar as forças e fraquezas.

Aplicado em políticas locais favoráveis à participação das PSH à vida pública, social e política, esse processo de trabalho se traduz por escolhas temáticas sobre as quais as ações podem ser conduzidas ou são conduzidas em diversas áreas (exemplo: emprego, escolaridade, transporte, saúde...).

Em que consiste o método?

Escolher a ação a ser avaliada

O primeiro passo consiste em escolher a ação a ser avaliada a partir das respostas trazidas para essas perguntas: em relação a que tipo de situação esperamos uma melhoria? E/OU em relação a que situação esperamos conhecer a evolução, depois de uma intervenção destinada a eliminar a ou as situações de deficiência?

A ação deve possuir 3 grandes características:

- Estar focada sobre uma área (exemplo: emprego, escolaridade, transporte...);
- Ter como objetivo a melhoria da participação individual ou coletiva de PCDs na sociedade, visando eliminar a ou as situações de deficiência;
- Ser participativa, quer dizer implicar, de forma ou outra, as pessoas envolvidas ou seus representantes.

Refletir sobre a ação

Para melhor identificar o impacto das estratégias que desenvolvem no âmbito local para melhorar a participação individual e coletiva das PCDs no território, é necessário incluir a abordagem de avaliação no campo de ação das OPCDs. Para isso:

- 1) Identificar os objetivos específicos da ação a ser avaliada;
- 2) Definir as questões que a avaliação busca responder;
- 3) Definir os alvos visados pelas mudanças esperadas.

A ficha Ação do Instrumento de Caracterização Territorial apresenta um conjunto de perguntas que podem orientar as reflexões. Si a ação visa o fortalecimento das OPCDs nos processos participativos e de concertação sobre as políticas públicas, o Índice de Participação Sociopolítica também pode ser utilizado para caracterizar e medir a evolução e a intensidade das mudanças relacionadas obtidas, em um determinado período.

Descrever o contexto da ação

E necessário descrever o ambiente onde está ocorrendo a situação que se quer mudar para melhorar a participação individual e coletiva das PCDs na sociedade.

A descrição pode apoiar-se em diferentes instrumentos, tais como o instrumento de “Caracterização Territorial” para:

- Descrever o espaço geográfico e institucional na qual a ação avaliada está desenvolvida (partes « Território » e « Ações »);
- Descrever o ambiente de acesso ao espaço público disponibilizado pelo território (partes « Território » e « Ações »);
- Identificar a situação global e específica da pessoa com deficiência no território (as 3 partes);
- Especificar as dinâmicas sociais existentes em matéria de melhoria das situações de deficiência no território (parte « Atores »).

Descrever a ação a ser avaliada

A descrição da ação também pode se apoiar no instrumento de « Caracterização Territorial », apresentada na próxima seção, que contém uma série de perguntas destinadas a orientar a reflexão. Para realizar a descrição, 2 tipos de fontes de informações podem ser utilizadas:

- a documentação existente;

- entrevistas com pessoas de referência, ou sejam:
 - pessoas que foram ou estão fortemente envolvidas na ação de melhoria enfocada;
 - pessoas reconhecidas pelo seu conhecimento da situação da deficiência no território, ou da descentralização e do seu funcionamento;
 - pessoas dispostas ou com chance de dispor de dados descritivos sobre a situação das PCDs, a descentralização ou o território e suas dinâmicas sociais.

É sugerido identificar as diferentes etapas do trabalho a ser realizado, com o objetivo que os atores que serão envolvidos possam ter uma visão do conjunto da avaliação pensada. Isso pode facilitar a sua implicação neste exercício.

Identificar os elementos do contexto que agem como obstáculos e facilitadores

Trata-se de aprofundar a descrição do contexto por um foco no território sobre o que se constitui como obstáculo e como facilitador para as pessoas com deficiência realizarem seus hábitos de vida. Os instrumentos MHAVIE e MQE permitem identificar as situações vivenciadas e identificar os elementos a serem trabalhados para melhorar a participação social.

Qualificar a participação das OPCDs à governança local e a seus efeitos

Para isso, é possível:

- Identificar a presença ou não dos diferentes atores, e a evolução da sua presença dentro dos espaços de controle social, dos eventos e outros espaços de vida social e política. Para este fim, é necessário realizar um estado da arte: pode ser utilizada uma nomenclatura dos fatores ambientais, físicos e sociais, desenvolvidos no MDH-PPH (RIPPH, 2010) a fim de apontar as principais características que estão em jogo nesses espaços;
- Definir indicadores específicos para cada ator (entre outros sobre o seu capital político, ou seja sobre o seu poder objetivo deste ator sobre a sua relação subjetiva ao poder = como ele se considera em relação ao poder e como os diversos atores se consideram entre eles);
- Estudar a expertise política e social dos atores que ocupam esses espaços, particularmente em nome das PCDs, e seu reconhecimento (o capital social que é atribuído a eles);
- Diferenciar o que se quer medir para cada ator:
 - Na organização da governança local: identificar se cada ator trabalha nas diferentes etapas de produção de um projeto e com que nível de participação (desenclausuramento);
 - Sobre o que produz a organização da governança local: com o instrumento de caracterização da governança local, medir o número e a natureza das produções, leis, decretos, cartas, políticas, planos de ação...;
 - Descrever a origem, a natureza e as características desses produtos e especificar se estão destinados ao conjunto e/ou a uma parte da população (medidas gerais e medidas específicas).

Dois exemplos de planejamento do trabalho de avaliação constam em anexo.

O PPH, a ficha sobre Atores do instrumento de Caracterização Territorial, o instrumento de Caracterização da Governança Local e o IPS são instrumentos que contribuem para análise da participação política das OPCDs nos processos de governança local.

2.2 OS INSTRUMENTOS

Apresentação dos instrumentos

Cada instrumento é apresentado com os seguintes **itens**:

- A- O instrumento em poucas palavras
 - Uso principal
 - Dimensões analisadas

- B- Utilização
 - Uso
 - Modalidades de utilização
 - Quem completa?

- C- Modificações possíveis para adaptações culturais

- D- Exemplo de utilização

N-B: Os instrumentos também estão disponíveis em formato "pronto para usar" em anexo.

I. O instrumento de caracterização territorial (CT)

(Ver anexo III)

A- O instrumento, em poucas palavras...

Uso principal: *permite analisar os lugares, os atores, os mecanismos de tomada de decisão em um território determinado.*

Dimensão analisada: *o ambiente (descentralização, percepção e tratamento social da deficiência...).*

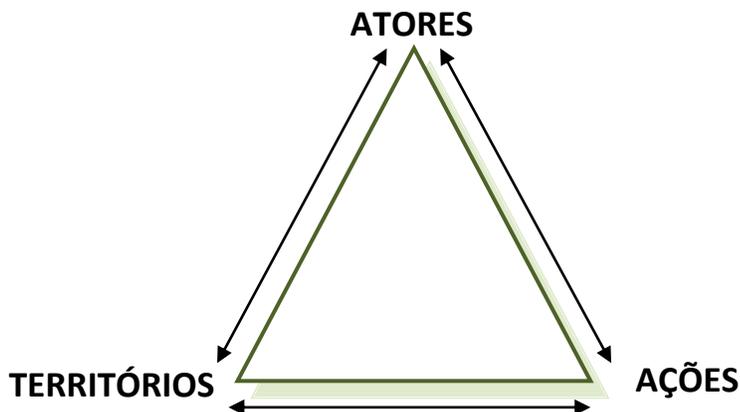
B- Utilização

- **Uso principal**

O instrumento de caracterização territorial é uma grade de 3 polos, destinada a **coletar informações** sobre as 3 dimensões que permitem **caracterizar ao mesmo tempo a questão territorial em matéria de deficiência, e o seu tratamento no território pelos atores**. Permite estabelecer um retrato da situação em um território.

Esse modelo no início foi elaborado para analisar dinâmicas de desenvolvimento local ; foi adaptado e aplicado aqui para problemática da deficiência. Permite **descrever as dinâmicas que caracterizam a sustentação territorial das ações desenvolvidas localmente**, através da identificação das relações que existem entre atores, suas ações e os territórios onde essas ações estão implementadas.

FIGURA 3 : Interações no coração das dinâmicas locais



- **Modalidades de utilização**

O instrumento deve ser aplicado seguindo 3 etapas sucessivas: a coleta de informações, a síntese e a validação coletiva.

1. Colata de informações

O instrumento comporta 3 fichas:

- ficha Atores,
- ficha Ações,
- ficha Território.

Cada ficha está acompanhada de uma série de perguntas para facilitar a coleta de dados, e reconstituir a ação local avaliada. Por exemplo:

- **Ficha Atores:** Quais são aqui os atores que cuidam das questões relacionadas com a deficiência? Os diferentes atores que cuidam das questões da deficiência tem costume de trabalhar juntos? ...
- **Ficha Ações:** Tem uma política em matéria de deficiência? Quem está conduzindo? Com quem? Sobre quais prioridades trabalham as autoridades locais encarregadas do desenvolvimento local? ...
- **Ficha Território:** Quais são as principais infraestruturas implementadas para facilitar o deslocamento aí? Quais são os principais serviços públicos disponíveis? As infraestruturas e os serviços apresentam são acessíveis fisicamente para todos ? Quais são as especificidades deste espaço ? Quais são as suas principais vantagens e desvantagens para vida cotidiana e para vida profissional? ...

Preencher as 3 fichas respondendo às perguntas listadas. As fichas abordam assuntos diferentes (os atores que intervêm nos territórios na área da deficiência; as ações desenvolvidas em matéria de deficiência; a configuração do território e suas características). As fichas podem ser utilizadas de forma independente, a depender do que procura-se conhecer;

2. Síntese

Após uma leitura das informações colhidas, responder às perguntas seguintes:

- Quais são os usos possíveis do território (aqui espaço de vida adaptado) por e para todos / por e para as PCDs?
- Quais são as práticas de cooperação entre todos / com as OPCDs e PCDs?
- Quais são as práticas de inclusão das OPCDs e PCDs nos dispositivos de participação e controle social?
- Como está a implementação da acessibilidade no território (espaço construído e serviços)?

3. Validação coletiva

A formulação da síntese deve ser o objeto de uma validação coletiva pelos atores e atrizes da avaliação.

- **Quem completa?**

Os atores de campo envolvidos no trabalho de avaliação, e as pessoas interessadas para avaliar suas ações ou as ações dos seus parceiros no território.

C- Modificações possíveis para adaptação cultural

É possível adicionar ou remover perguntas de acordo com a realidade cultural em que a ferramenta é usada. Também é possível responder as questões mais importantes de acordo com o tipo de ação e de território. A remoção ou adição de perguntas deve ser sempre o resultado de um consenso coletivo e de uma justificativa, em consonância com o diálogo entre os atores envolvidos. O mesmo se aplica ao retrato do território, que deve ser objeto de um exercício de validação pelo grupo responsável pela avaliação.

Também é possível prever adaptações metodológicas, que permitem reduzir o tempo de aplicação da ferramenta. As informações sobre as três fichas podem ser previamente trabalhadas por um grupo de trabalho e submetidas aos participantes, que as discutem, as modificam, e complementam se necessário.

Assim, a legitimidade da representação dos membros da AFP é adquirida através da sua eleição no seio do conselho departamental APF. Uma preparação à vida política é realizada em Bordeaux para as pessoas eleitas no conselho departamental com pequenos módulos de um dia de duração, sobre temas diversos (falar em público, mandato da representação...).

As ações da prefeitura de Bordeaux em prol da acessibilidade

A cidade de Bordeaux está envolvida em um processo de implementação da acessibilidade para todas as idades, da infância até a idade adulta, e em todas as áreas ligadas à vida ou ao modo de vida « para que as pessoas com deficiência possam beneficiar-se de uma acessibilidade plena e autônoma na cidade ». Esse projeto global, que se inscreve na política da cidade, concretiza-se por meio de:

- Um conselho Cidade e Deficiência, desde 2000, que desenvolve um plano de ação em colaboração com 40 associações. Reúne pessoas eleitas, associações e parceiros institucionais. Esse conselho está em relação dentro da prefeitura com uma equipe específica (denominada Missão Deficiência), que está em relação com o conjunto dos serviços municipais. A Missão Deficiência está inserida dentro da Direção Geral Cidadania, Vida Social e Deficiência (com 3 pessoas eleitas), que trabalha sobre a participação democrática (concertação) e a implementação da acessibilidade.
- Uma carta « Cidade e Deficiência », foi escrita e assinada em 2011, avaliada e revisada a cada 2 anos, visando a inclusão de todas as deficiências em torno de 7 temas em relação com as competências da cidade, e destinadas a dar visibilidade aos esforços da cidade nas questões operacionais e de parcerias.

A participação democrática em Bordeaux

A governança territorial, ou seja, o diálogo e a colaboração entre autoridades locais e outros atores locais sobre os projetos levados pelas políticas públicas, assume um caráter concreto em vários espaços institucionais:

- 1) As comissões municipais colegiadas de Acessibilidade e as comissões intermunicipais de Acessibilidade (CIA) implementadas em 2008;
- 2) As Comissões Consultivas Departamentais de Saúde e Autonomia;
- 3) A comissão consultiva Saúde e Autonomia (CRSA), sustentada pela ARS, focada sobre o plano regional elaborado a partir de uma conferência sobre saúde e autonomia;
- 4) Os órgãos consultivos da CUB relativos ao PAVE. Os usuários de transporte que estão com alguma deficiência não estão representados nos órgãos consultivos implementados pela CUB.

II. O instrumento de caracterização da governança local (CGL) (ver anexo IV)

A- O instrumento, em poucas palavras...

Uso principal: *permite analisar os atores, as suas relações e o seu nível de envolvimento nos mecanismos de tomada de decisão em determinado território.*

Dimensão analisada: *a governança e a partilha dos poderes em torno da ação (relações entre os atores...).*

B- Utilização

• Uso principal

Este instrumento permite, dentro de uma visão dinâmica (antes-durante-depois), elaborar um **retrato do nível de envolvimento das OPCDs na governança** das ações locais. Assim contribui para monitorar e avaliar a evolução da governança local, à luz da ação avaliada.

Esse instrumento se aplica para qualquer forma de ação (de pequena ou grande amplitude) e permite avaliar ao mesmo tempo:

- Em quais **etapas** do processo de ação as OPCDs estão envolvidas;
- Para cada etapa do processo, até que **nível** elas estão **implicadas**;
- Os **mecanismos** implementados para favorecer sua participação.

O instrumento também serve para **caracterizar as condições nas quais uma intervenção pode ser realizada** identificando a cultura territorial em matéria de governança: por exemplo, estamos em um território onde a participação e a concertação são muito desenvolvidos, ou ao contrário em um contexto sociocultural e político que pouco valoriza as contribuições da sociedade civil?

• Modalidades de utilização

Para caracterizar a governança local, é necessário:

- Identificar os proponentes do dossiê (responsáveis pela realização da ação);
- Identificar o estatuto e o número de outros atores envolvidos (exemplo: representante associativo, técnico de um serviço municipal, representante do Estado, moradores, etc.);
- Identificar as etapas de vida de uma ação já alcançadas;
- Identificar o nível de partilha do poder para cada etapa de vida da ação.

A colaboração entre atores em torno da ação pode abranger diferentes objetivos:

- **Social:** visa-se a interação e a mistura, em uma lógica de fortalecimento das relações sociais e da coesão social. A colaboração vai principalmente ser utilizada para provocar encontros, favorecer a troca de conhecimentos, os intercâmbios e as iniciativas comuns.
- **Técnica:** é objetivado melhorar um produto, um serviço, um processo, um projeto, para aprimorar os serviços e as políticas públicas. A colaboração está realizada para adequar o que está implementado às especificidades e necessidades do(s) público(s).
- **Política:** é esperada a compartilha do poder de decisão, em uma lógica de governança democrática e de fortalecimento das capacidades cidadãs. A colaboração se insere na implementação de uma política de governança local onde a democracia participativa ocupa um lugar importante.

ETAPAS DE VIDA DE UM PROJETO/AÇÃO	NÍVEIS DE ABERTURA/COLABORAÇÃO DO RESPONSÁVEL COM OUTROS ATORES SOBRE O PROJETO/AÇÃO
<p>PERCEPÇÃO DE (UM) PROBLEMA(S) Identificação da(s) necessidade(s): definição das constatações, situação, Determinação do(s) problema(s), necessidades, desafios</p>	<p>EDUCAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>IDEIA(S) DE FAZER UM PROJETO Uma ideia + a vontade de desenvolver uma ação + uma intenção</p>	<p>INFORMAÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>SURGIMENTO DE UM PROJETO Responsável pelo construção, pessoal, iniciador/portador</p>	<p>CONSULTA</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>PROJETO Termos de referência e dispositivo</p>	<p>CONCERTAÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>Escolhas: Orientações, Prioridades, objetivos, ações, recursos</p>	<p>COORDENAÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>ELABORAÇÃO DO PROJETO Definição das ações e atividades</p>	<p>CO-PRODUÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>REALIZAÇÃO DO PROJETO</p>	<p>CO-DECISÃO</p>
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO</p>	
<p style="text-align: center;">↓</p> <p>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DAS MUDANÇAS</p>	

Observação: o nome ou as etapas da ação, tais como estão formuladas abaixo podem ter outras denominações no contexto de uso do instrumento. Por outro lado, o instrumento foi construído como um padrão; na realidade, podem ser ações que não iniciam necessariamente com a identificação de uma necessidade.

REFERÊNCIAS SOBRE OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

NÍVEIS	REFERÊNCIAS
SENSIBILIZAÇÃO/EDUCAÇÃO	Desenvolve-se as capacidades da ação
INFORMAÇÃO	Apresenta-se a ação
CONSULTA	Dá-se a opinião sobre a ação
CONCERTAÇÃO	Acorda-se sobre a ação
COORDENAÇÃO	Organiza-se para fazer intervenções oriundas de vários lados sobre a mesma ação
COPRODUÇÃO	Colaboração na realização técnica
CODECISÃO	Decide-se de forma conjunta a ação/sobre a ação

- **Quem completa?**

Os atores interessados em avaliar suas ações ou as ações dos seus parceiros no território. É sugerido que este exercício seja realizado com base em uma abordagem coletiva dentro da associação.

C- Modificações possíveis para adaptação cultural

É possível juntar ou retirar perguntas em função da realidade cultural na qual a ferramenta está utilizada. A retirada ou o acréscimo de perguntas sempre deve ser fruto de um consenso coletivo e de uma justificativa da decisão, por meio de um diálogo entre os atores envolvidos.

D- Exemplo de utilização⁶

Modalidades de aplicação do instrumento: exemplo de TOLIARA (TULEAR) - Madagascar

A análise foi realizada com diversas entidades que trabalham sobre a implementação do DLI na cidade: representantes de autoridades locais, de prestadores de serviços, e da sociedade civil, incluindo as OPCDs. Uma oficina foi realizada especialmente com esse propósito.

O trabalho tratou dos serviços oferecidos dentro do município e sobre suas condições de acessibilidade.

PERCEPÇÃO DE UM PROBLEMA(S) Identificação da(s) necessidades: definição da situação, determinação do(s) problema(s), necessidades, desafios
<p>Situação: vários serviços, incluindo o registro civil, permanecem inacessíveis para as pessoas com deficiência.</p> <p>✚ Um trabalho de sensibilização e de conscientização foi conduzido pelo ator que iniciou a ação, no caso HI em colaboração com o ECE (espaço de concertação ampliado com as OPCDs).</p> <p>Para essa etapa, vários níveis de intervenção foram considerados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sensibilização, diagnóstico da situação, conscientização, conduzido pelo ECE e por HI- Informação para o município que é o responsável pela construção através da ECE
IDEIA(S) DE FAZER Uma ideia + a vontade de agir + uma intenção
<p>✚ O responsável (Município, denominado Comunidade Urbana : CU) com o proponente (HI) alimenta relações no nível da informação e da consulta com os usuários dos serviços (as PCDs e as OPCDs). Essa abordagem é acompanhada por uma concertação entre esses três atores + participação do grupo técnico setorial (o GTA- Grupo Técnico Acessibilidade) em torno da questão sobre as quais há necessidade de responder.</p> <p>O responsável expressa sua aceitação e sua vontade de deixar acessível o lugar identificado coletivamente.</p>
SURGIMENTO DA CONCRETIZAÇÃO Responsável pela construção, pessoal, iniciador
<p>✚ Concertação entre o responsável e o iniciador/portador.</p>

⁶ Para maiores detalhes: Boucher, N., Vincent, P., Fougeyrollas, P., Geiser, P., Hazard, D. et Nouvellet, H. (2015). *Participação das pessoas com deficiência na governança local: como medir os efeitos das estratégias de desenvolvimento local inclusivo.. Caderno 8 : Caracterização das governanças locais de Toliara e de Bordeaux.*

PREPARAÇÃO Termos de referência e dispositivo
É conduzida essencialmente pelo iniciador que, a qualquer momento, passa para o nível da consulta dos diversos atores envolvidos, incluindo o responsável. No final da preparação, o iniciador informa o responsável e pede a validação do trabalho apresentado.
PREPARAÇÃO Definição: Orientações, Prioridades, objetivos, ações, recursos
MONTAGEM Definição das ações e atividades
Atinge o nível de consulta do responsável, já que são tratados aspectos técnicos, de forma geral assumidos pelo iniciador com um envolvimento do GTA. No final, a relação se estabelece na informação repassada para os membros do ECE e do GTA.
REALIZAÇÃO
Durante a fase de realização, o iniciador e o responsável atingem os níveis seguintes: <ul style="list-style-type: none"> - Consulta : abordagem conduzida pelo iniciador que pede a opinião e/ou a validação pelo responsável sobre alguns aspectos técnicos; - Coordenação e co-decisão: cada ator envolvido (iniciador e responsável entram em acordo sobre os papeis e responsabilidade de cada um).
MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO
Coordenação e coprodução entre o iniciador e o responsável.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DAS MUDANÇAS
Concertação entre o responsável e as organizações envolvidas na implementação da acessibilidade: ECE, GTA. Informação dos outros atores que colaboraram de perto ou à distância nas diversas etapas.

III. A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE⁷)

(Ver anexo V)

A- O instrumento, em poucas palavras...

Uso principal: *é possível medir a realização dos hábitos de vida e a participação social de indivíduos, e em especial a realização das atividades rotineiras e dos papéis sociais de cidadão.*

Dimensão analisada: *a participação individual, incluindo a participação cidadã.*

B- Utilização

- **Uso**

A MHAVIE está organizada em torno de 12 grandes categorias de hábitos de vida, que se dividem em 21 grandes perguntas na versão resumida do questionário apresentada neste guia.

Anotem que a MHAVIE está disponível em três versões:

- Do nascimento até os 4 anos;
- Entre 5 e 13 anos;
- Adolescentes, adultos e idosos.

A MHAVIE permite :

- Estabelecer o perfil geral de realização das atividades rotineiras e dos papéis sociais, que constituem os hábitos de vida;
- Tirar conclusões sobre a realização dos hábitos das pessoas que possuem uma deficiência e são alvos da intervenção;
- Identificar os aspectos que traduzem para essas pessoas a experimentação de situações de deficiência e/ou de situações de participação social.

As ações desenvolvidas que visam modificar as condições sociais, econômicas, físicas e técnicas de realização dos hábitos de vida são susceptíveis de trazer mudanças no nível de realização desses hábitos de vida.

Assim, a melhoria da acessibilidade física em uma infraestrutura de transporte pode se traduzir por mudanças nos deslocamentos das pessoas com deficiência, contribuindo desta forma para eliminação ou redução da situação de deficiência. É possível medir essa mudança com a MHAVIE entre dois tempos de medição, com uma “fotografia” em um primeiro tempo, e outra em um tempo 2.

⁷ Do francês: *Mesure des Habitudes de Vie* (MHAVIE)

A medição dos hábitos de vida pode ser efetuada em 3 etapas:

- 1) a identificação do nível de realização dos hábitos de vida;
- 2) a identificação do nível de autonomia da própria pessoa na realização dos seus hábitos de vida;
- 3) a identificação do nível de satisfação da própria pessoa.

Siga as três etapas seguintes (marque os casos apropriados)	Etapa 1			Etapa 2			Etapa 3						
	este hábito de vida é:			A Tipo de ajuda utilizado (1 resposta ou mais a depender do caso)			B Nível de dificuldade			Nível de satisfação			
Nota : Não esquecer que diz respeito ao modo cotidiano para a pessoa realizar seus hábitos de vida.	Realizado (Pela pessoa ou qualquer outra)	Não realizado (Passe diretamente a etapa 3)	Não se aplica (Passe para o hábito de vida seguinte)	Ajuda técnica **	Ajuda humana* (1 só resposta)		Sem ou com um pouco de dificuldade	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	😊😊	😊	😐	😞
				Adaptação **	Sem ajuda	Pouca				Importante	Total	Muito satisfeito	Satisfeito

- **Modalidades de utilização**

Etapa 1: o hábito de vida é realizado?

Realizado (pela pessoa ou por outra pessoa)
Não realizada (passar diretamente para etapa 3)
Não se aplica (passar para o hábito de vida seguinte)

Funcionamento da MHAVIE

Etapas			Seguinte
1	2	3	
Não se aplica			
Não realizada		Satisfação	
Realizada	Tipo de ajuda requerido Grau de dificuldade	Satisfação	

Definições para o preenchimento:

- **Realizada:** o hábito de vida é realizado, com ou sem ajuda, com ou sem dificuldade, com um nível de satisfação que pode variar.
- **Não realizada:** quando a pessoa quer realizar um hábito de vida, mas não consegue por causa de grandes incapacidades, de obstáculos muito importantes ou por falta de ajuda.
- **Não se aplica:** a pessoa não está interessada em realizar este hábito de vida, ou esse hábito não lhe diz respeito.

Etapa 2 : se o hábito de vida é realizado ...

- Qual é o tipo de ajuda utilizado?

Ajuda técnica **	
Adaptação **	
Sem ajuda	Ajuda humana adicional * (somente 1 resposta)
Leve	
Importante	
Completa	

* A **ajuda humana** corresponde à qualquer apoio humano adicional (ajuda física, supervisão, aviso das necessidades, apoio moral, etc.) trazido dentro da realização dos hábitos de vida de uma pessoa, por causa das suas « incapacidades » ou dos « obstáculos » presentes no seu ambiente.

**

A **ajuda técnica** corresponde a qualquer apoio (não humano) para ajudar na realização dos hábitos de vida de uma pessoa, tal como uma cadeira de roda, uma assistência visual, o auxílio de um animal, um

aparelho auditivo, uma cadeira de banho, remédios, cartões com pictogramas, ou qualquer outro tipo de ajuda. Geralmente, a pessoa pode levar com ela essa ajuda.

A **adaptação** corresponde a qualquer modificação no ambiente ou na tarefa da pessoa para facilitar a realização dos seus hábitos de vida, a exemplo de uma rampa de acesso, uma porta alargada, uma modificação da iluminação, a adaptação de uma tarefa, uma intervenção arquitetônica, uma alteração do hábito de vida ou do tempo para sua realização (dispor de mais tempo para realizar um hábito de vida). De forma geral, no caso das adaptações do ambiente físico, a pessoa não pode transportar para onde quer que ela vá.

A **ajuda técnica** e a **adaptação** devem ser preenchidas apenas se a realização do hábito de vida as necessita. As ajudas técnicas específicas para os deslocamentos e a comunicação devem ser tomadas em conta apenas nas seções *Deslocamentos* e *Comunicação*.

- Qual é o grau de dificuldade na realização do hábito de vida?

Com o pouca dificuldade
Com uma certa dificuldade
Com muita dificuldade

Etapa 3: qual é o nível de satisfação em relação à realização (ou não realização) deste hábito de vida?

Muito satisfeito	☺ ☺
Satisfeito	☺
Insatisfeito	☹
Muito insatisfeito	☹ ☹

Etapa 4: resultado

O resultado da MHAVIE pode ser apreciado em uma escala que vai de 0, que constitui o nível de realização mais fraco, até 20 que representa o nível mais elevado. Os valores depois estão contabilizados e referenciados em uma escala até 10. A MHAVIE permite obter uma nota global, assim como uma nota para cada hábito de vida.

O resultado da MHAVIE possibilita a quantificação da participação social, e a medição da mudança no tempo, se forem realizadas duas ou mais medições.

É quando a pessoa obtém uma nota baixa em termos de participação social na escala da MHAVIE que a intervenção se torna particularmente pertinente e interessante. A implementação de uma intervenção pode ter um verdadeiro impacto para influenciar a situação da pessoa para participação social, e assim evitar a queda na situação de deficiência.

Escala de medição da realização dos hábitos de vida

Nível de dificuldade	Tipo de ajuda requerido					
	Ajuda humana				Ajuda técnica	Adaptação
	Sem ajuda	Leve	Importante	Completa		
Com ou sem dificuldade	0	2	4	7	3	5
Com um certa dificuldade	2	3	6	9	3	5
Com muita dificuldade	5	6	7	10	3	5
Nível de realização						
Não realizado	20					

- **Quem completa?**

A MHAVIE coleta a **expressão do ponto de vista da pessoa** em relação à maneira com a qual ela realiza seus hábitos de vida. As respostas aos questionários devem a princípio respeitar uma regra de confidencialidade.

A escolha de uma amostra de pessoas para aplicação do instrumento pode ser orientado pelos princípios apresentados no anexo V.

C- Modificações possíveis para adaptação cultural

É possível modificar alguns enunciados para adapta-los ao contexto cultural. Por exemplo, para certos países, podemos falar de deslocamentos sobre gelo, mas em outros se falará em deslocamentos sobre areia. Em relação à atividade rotineira *Nutrição*, é possível mencionar a preparação de um sanduiche em alguns países, mas outro tipo de refeição será citado em outro contexto cultural, mas que corresponde sempre ao mesmo grau de complexidade ou de exigência de realização.

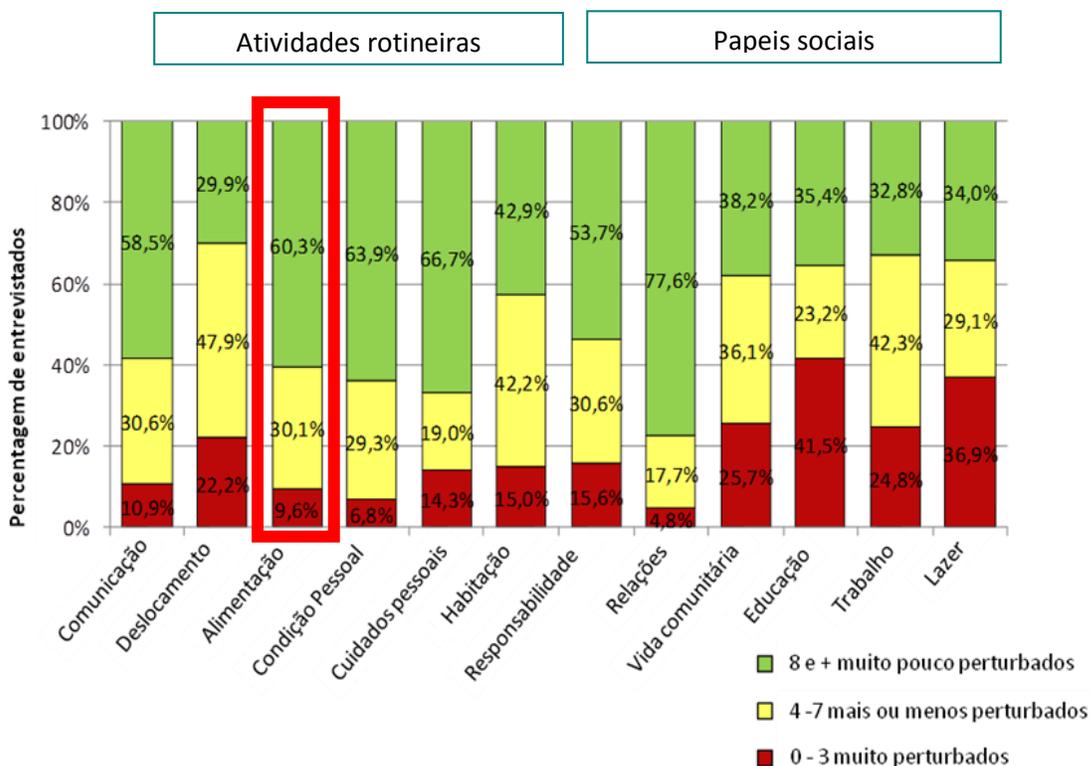
Vale ressaltar que não é possível alterar as 12 grandes categorias de hábitos de vida, assim como seus intitulados e escalas de medição, porque estão inseridas em um quadro de referência científico que garante a qualidade e a precisão da medição obtida.

D- Exemplo de utilização⁸

Retrato da participação social: exemplo extraído do projeto PRDLI, 2015.

Retrato da participação social do conjunto dos 150 participantes do projeto PRDLI proveniente de 4 territórios de diferentes países: Tuléar em Madagascar, Salvador no Brasil, Bordeaux na França e Québec no Canadá.

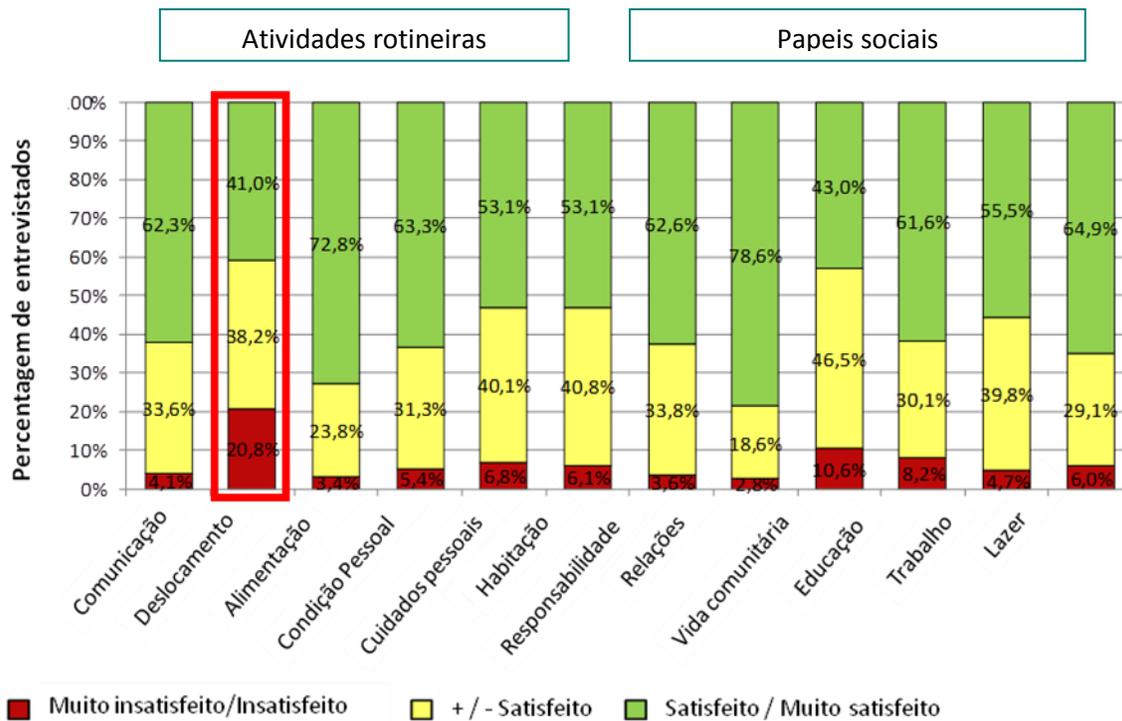
Resultados obtidos com a Medição dos hábitos de vida



Os resultados acima mostram que um perfil relativamente variado se destaca segundo os hábitos de vida: a realização dos papéis sociais é nitidamente mais difícil do que a das atividades rotineiras para o conjunto dos participantes. É possível observar no gráfico pelas tiras em vermelho que são maiores no caso dos papéis sociais. Quando se olha mais precisamente os resultados, percebe-se também que a realização dos deslocamentos é relativamente difícil (direito ao transporte) assim como a moradia, para uma maioria de participantes.

⁸ Para maiores detalhes: Boucher, N., Vincent, P., Fougeyrollas, P., Geiser, P., Hazard, D. et Nouvellet, H. (2015). *Participação das pessoas com deficiência na governança local: como medir os efeitos das estratégias de desenvolvimento local inclusivo. Caderno 7: Retrato comparativo da participação social segundo os territórios, resultados da MHAVIE et da MQE.* <http://www.firah.org/centre-ressources/fr/developpement-local-inclusif.html>

O nível de satisfação dos entrevistados por categoria de hábitos de vida



O gráfico mostra que os participantes são mais ou menos satisfeitos e insatisfeitos em relação aos hábitos de vida, cuja realização é difícil (deslocamentos, lazer, educação, trabalho e moradia). As atividades relacionadas com a vida comunitária, tais como « se locomover, utilizar serviços de organismos da área » apresentam um nível de satisfação importante.

IV. A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE)⁹ (ver anexo VI)

A- O instrumento, em poucas palavras...

Uso principal: *é possível medir a qualidade do ambiente et os obstáculos e os facilitadores percebidos pelos indivíduos.*

Dimensão analisada: *os obstáculos e os facilitadores na participação social, encontrados pelos indivíduos.*

B- Utilização

- **Uso**

Esse questionário visa **avaliar a influência do ambiente sobre a realização das atividades rotineiras e dos papéis sociais** de uma pessoa, em relação com suas capacidades e seus limites: influência positiva (facilitador) ou negativa (obstáculo). Esse instrumento possibilita ao mesmo tempo identificar a influência percebida por uma pessoa ou por um grupo de pessoas em relação ao seu ambiente, e de observar as mudanças decorrentes das ações desenvolvidas e das modificações no/sobre o território em dois momentos diferentes no tempo (por exemplo, no início e no final da ação). Também é possível utilizar a MQE para conhecer a influência percebida em relação a um só hábito de vida, como o trabalho, os estudos, etc.

Essa influência se mede em uma escala que varia de um obstáculo maior (-3) até um facilitador maior (+3), passando pelo elemento sem influência (0). É possível realizar agrupamentos durante as análises, a depender do contexto.

No âmbito individual

Intervenção individualizada

- Identificar a influência do ambiente sobre a realização das atividades rotineiras e dos papéis sociais de uma pessoa, de forma articulada com suas capacidades e seus limites em diversos momentos. Avaliar se a implementação de um fator social ou ambiental que compõe o ambiente funciona como facilitador ou como obstáculo para participação social.

VANTAGEM – Permite ter uma visão dos fatores ambientais que incidem na participação social da pessoa.

⁹ Do francês: Mesure de la Qualité de l'Environnement (MQE)

- Identificar os facilitadores a serem implementados no ambiente da pessoa, para favorecer sua participação social. E identificar os obstáculos a serem eliminados.

VANTAGEM – Atribui às pessoas o seu papel de perito sobre a sua própria situação, já que se trata de um questionário auto-aplicado, onde a pessoa pode se posicionar sobre a incidência do seu ambiente sobre os seus hábitos de vida.

No plano coletivo

Avaliação de programa / política

Possibilita a consolidação de dados coletados com uma amostra de pessoas sobre a incidência dos fatores sociais e físicos que compõem o ambiente no qual evolui uma população. Viabiliza a identificação dos facilitadores e dos obstáculos para participação social experimentada por uma população.

- Obter um retrato em um momento (T1); e observar as mudanças no ambiente através do tempo, pela repetição das tomadas de informações em diferentes momentos (T2, T3, etc.).

VANTAGEM – Possibilita a medição e o monitoramento da evolução da qualidade do ambiente e sobre a realização dos hábitos de vida da população.

Pode ser utilizado como indicador de eficácia em um processo de avaliação contínua de um programa. Esses dados objetivos facilitam a tomada de decisão em relação à melhoria das políticas, dos planos de ações ou de programas. Também facilita a prestação de contas relacionadas com as ações.

- Estabelecer um perfil estatístico da incidência da qualidade do ambiente sobre a participação social.

VANTAGEM – Garante que as políticas, programas ou serviços estejam eliminando ao máximo obstáculos para participação social, para implementar facilitadores que possam favorecer a participação.

Pesquisa / Defesa coletiva dos direitos

Permite produzir um inventário estruturado dos diferentes facilitadores e obstáculos sociais e físicos que compõem o ambiente de uma população.

Fortalece as formas de militância para implementação de facilitadores para participação social. Permite denunciar os obstáculos sociais e físicos para participação social.

- **Modalidades de utilização**

A MQE permite estabelecer um retrato da qualidade do ambiente segundo o ponto de vista de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, e em seguida de perceber as mudanças que podem ter ocorrido em dois momentos de medição. A MQE buscar trazer informações sobre 18 grandes fatores:

- Rede social (apoio do entorno);
- Atitudes do entorno (maneira de se comportar);
- Mercado de trabalho;

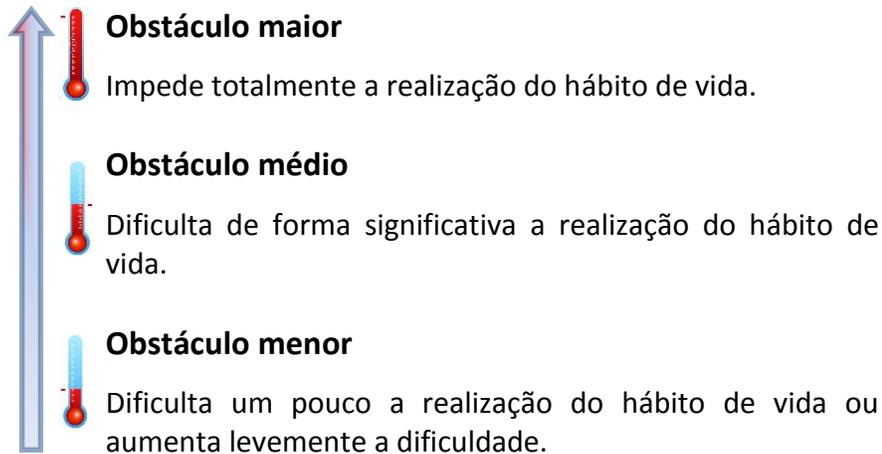
- Fontes de recursos (disponibilidade, programas e serviços financeiros);
- Serviços comerciais;
- Serviços jurídicos;
- Serviços sociosanitários;
- Serviços educativos;
- Serviços das infraestruturas públicas;
- Serviços dos organismos comunitários;
- Acessibilidade física;
- Piso, vias de circulação e distâncias;
- Elementos naturais;
- Objetos;
- Tecnologia;
- Ajudas técnicas;
- Sistemas políticos;
- Regras sociais.

Esses 18 grandes fatores ambientais se dividem., na versão curta do questionário (apresentada no anexo VI), em 27 grandes perguntas.

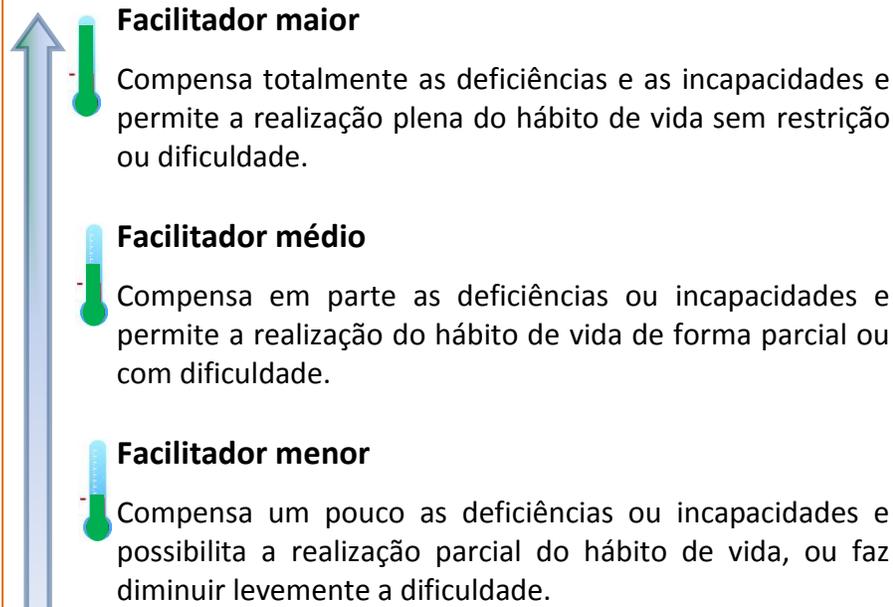
A informação coletada através da MQE deve viabilizar a elaboração de conclusões relacionadas com os obstáculos ou os facilitadores encontrados pelas pessoas com deficiência visadas pelas ações, identificando sobre quais níveis se pode agir para reduzir os obstáculos.

Considerando suas capacidades e seus limites pessoais, indiquem de forma geral até que ponto os seguintes fatores ou situações influenciam a sua vida cotidiana.	Escala de medição								
	←-----→						Eu não sei	Não se aplica	
	Obstáculo			Facilitador					
	Maior	Médio	Menor	Nenhuma influência	Menor	Médio	Maior		
Systèmes politiques									
100. Os programas de igualdade de oportunidades (acesso aos estudos, mercado de trabalho, etc.)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
101. Ações das organizações de defesa de direitos.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
102. Os modos de participação às assembleias públicas (debates, assembleias sindicais, assembleias gerais, reuniões de pais, etc.)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
103. Os modos de participação nas tomadas de decisão (direito de voto, conselho administrativo, nomeação a um posto etc.)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
104. As orientações políticas governamentais	-3	-2	-1	0	1	2	3		
105. As responsabilidades e a coerência dos diversos níveis governamentais	-3	-2	-1	0	1	2	3		

Três níveis de obstáculos



Três níveis de facilitadores



Indica-se a menção « Nenhuma influência » quando, por exemplo, a presença de transporte público ou de acompanhamento não te nenhum efeito sobre a realização de uma atividade ou de uma tarefa rotineira.

- **Quem completa?**

O instrumento visa coletar o ponto de vista da pessoa.

C- Modificações possíveis para adaptação cultural

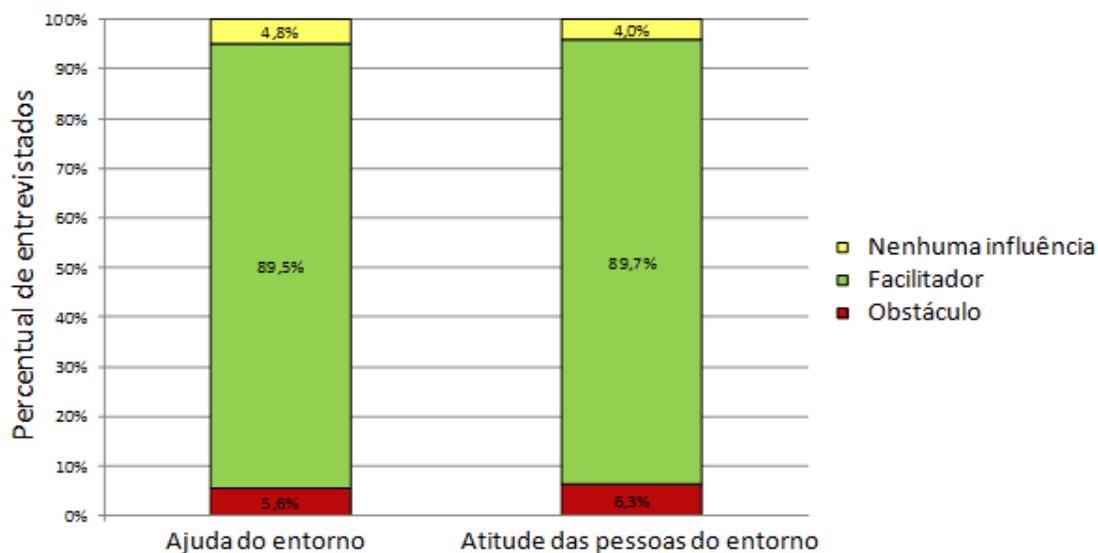
É possível transformar alguns enunciados para adapta-los ao contexto cultural no qual a avaliação ocorre. De forma similar ao caso da MHAVIE citado anteriormente, não se pode modificar a escala de graduação por causa dos exercícios de validação científica que a sustentam.

D- Exemplo de utilização¹⁰

Retrato da qualidade do ambiente: exemplo extraído do projeto PRDLI, 2015

- A influência percebida do ambiente nas atividades cotidianas para o conjunto dos 150 participantes, segundo seis eixos principais:
 1. Apoio e atitudes da família e do entorno
 2. Renda, emprego e segurança de emprego
 3. Ambiente físico e acessibilidade
 4. Tecnologia e ajudas técnicas
 5. Serviços públicos, governamentais ou comunitários
 6. Igualdade de oportunidades e orientações políticas

Medição da qualidade do ambiente – Apoio e atitudes da família e do entorno

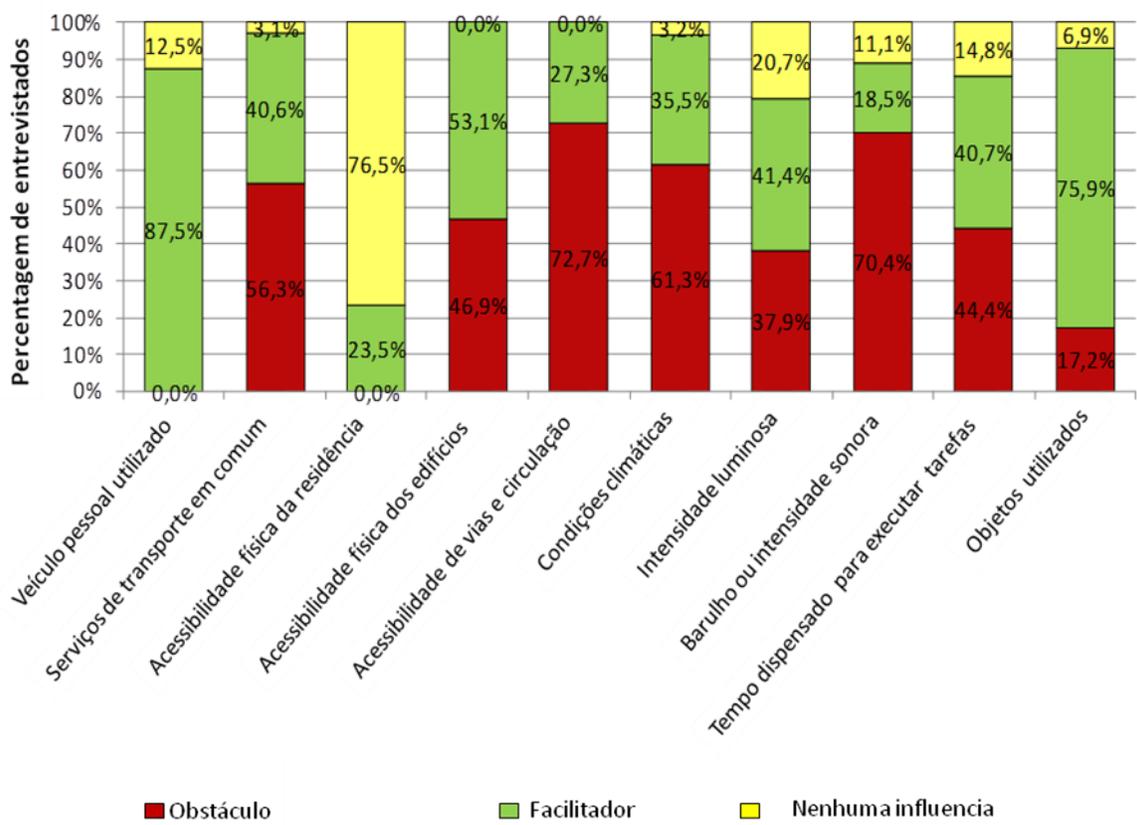


¹⁰Para maiores detalhes: Boucher, N., Vincent, P., Fougeyrollas, P., Geiser, P., Hazard, D. et Nouvellet, H.(2015). *Participação das pessoas com deficiência na governança local: como medir os efeitos das estratégias de desenvolvimento local inclusivo. Caderno 7 : Retrato comparativo da participação social segundo os territórios, resultados da MHAVIE et da MQE.* <http://www.firah.org/centre-ressources/fr/developpement-local-inclusif.html>

Para grande maioria das pessoas entrevistadas, o apoio do entorno e as atitudes das pessoas do entorno agem como facilitadores para participação social.

- A influência do ambiente nas atividades cotidianas no território.

**Percepção do ambiente –
Ambiente físico e acessibilidade (Salvador, Brasil)**



Os serviços de transporte, a acessibilidade das vias de circulação e também as condições climáticas são explicitamente percebidas como obstáculos importantes nas atividades cotidianas para os participantes de Salvador da Bahia.

V. O Índice de participação sociopolítica (IPS)

(Ver anexo VII)

A- O instrumento, em poucas palavras...

Uso principal: *é possível medir o nível de incidência coletiva de um grupo da sociedade civil (exemplo: OPCD) nos mecanismos locais de participação democrática e de tomada de decisão, e seguir sua evolução (progresso, estagnação, diminuição) no tempo.*

Dimensão analisada: *a participação coletiva nesses espaços ou processos de concertação e participação democrática que reúnem organizações da sociedade civil e poderes públicos.*

B- Utilização

- **Uso**

Esse índice permite **observar, analisar de forma participativa e sintetizar o impacto da participação de organizações da sociedade civil nos espaços de democracia participativa e controle social dentro de um período de tempo determinado.** Com o instrumento, é possível medir a qualidade da participação no âmbito coletivo das OPCDs, respondendo duas perguntas:

- A participação das organizações melhorou no período ou piorou?
- Os espaços de participação promoveram a construção coletiva de forma satisfatória?

Aplicar o índice IPS consiste em calcular e atribuir uma nota, em uma escala de 0 a 20, sobre a evolução dos processos ou dos espaços de democracia participativa. Tais como um conselho, comitês ou grupos de trabalho, que associam organizações da sociedade civil com outros atores do DLI, em especial os poderes públicos.

Assim como no caso de qualquer índice, várias dimensões são analisadas. Para o IPS, cinco dimensões da participação são consideradas para construir a nota:

- A. Presença das organizações de pessoas com deficiência nos espaços ou processos de democracia participativa e controle social;
- B. Qualidade das intervenções das organizações nesses espaços ou processos;
- C. Participação nas diversas etapas do processo de controle social (planejamento, avaliação e monitoramento);
- D. Nível de diálogo e de construção coletiva nas políticas públicas;
- E. Projetos, políticas e leis que respondem às demandas da sociedade civil.

- **Modalidades de utilização**

O índice pode ser construído de forma participativa a partir da análise da evolução de 5 dimensões propostas. Esse exercício pode ser realizado dentro de uma oficina reunindo as diversas organizações participantes de um espaço de democracia participativa ou de um processo de diálogo que associam OPCDs e poderes públicos.

No início da oficina, devem ser apresentadas para as organizações:

- As 5 dimensões analisadas: as organizações devem entender a importância estratégica dessas 5 dimensões nos processos e espaços de controle social e democracia participativa. Para melhor entendimento, exemplos de critérios estão apresentados para cada dimensão na tabela que segue.
- O período de avaliação considerado: as organizações vão desenvolver uma reflexão para caracterizar a situação no início e no final do período, e assim identificar as mudanças obtidas para cada uma das dimensões.

Para cada dimensão é atribuído um valor que oscila entre 0 e 4, que caracteriza as mudanças:

- 0 : a dimensão considerada piorou muito
- 1 : a dimensão considerada piorou
- 2 : não teve mudança significativa
- 3 : a dimensão considerada melhorou
- 4 : a dimensão considerada melhorou muito

O índice visa avaliar o conjunto das componentes: são atribuídas notas para as diversas dimensões da participação, que levam a uma nota final que pretende refletir a situação global. O indicador global é a soma das notas atribuídas para cada uma das dimensões, e oscila entre 0 e 20.

Uma estagnação no funcionamento dos espaços de participação corresponde a um índice igual a 10.

Uma nota superior indica uma melhoria, com mudanças mais significativas à medida que a nota aumenta e se aproxima de 20.

Esse instrumento implica em uma **negociação coletiva**, ou no mínimo um diálogo sobre os resultados e as conclusões tiradas. Opiniões divergentes podem ser consideradas com notas diferentes, e uma média é calculada.

Os argumentos que justificam as notas atribuídas devem ser coletados: contribuem para valorizar os avanços, apontar as dificuldades e os desafios nos processos e espaços de democracia participativa implementados.

Para ajudar na análise da evolução das dimensões, exemplos de critérios para cada uma delas são apresentados na tabela que segue. A ou as pessoa(s) que animam o processo podem estimular as reflexões sobre cada uma dessas dimensões, com base nos critérios enumerados na tabela abaixo. Esses critérios ilustram o significado das 5 dimensões analisadas.

Dimensões da participação avaliadas	Alguns exemplos de critérios Para ajudar na análise das dimensões
Dimensão A : Presença das organizações de pessoas com deficiência nos espaços colaborativos ou de democracia participativa	Verificar como evoluiu no período: <ul style="list-style-type: none"> – O número e o tipo de espaços ou de processos colaborativos existentes – O número de OPSH que atuam nesses espaços e nesses processos colaborativos e de democracia participativa – O número de pessoas com deficiência que participam desses espaços e processos
Dimensão B : Qualidade das intervenções nesses espaços colaborativos	Analisar se as OPCDs e seus representantes no período: <ul style="list-style-type: none"> – Falam dos problemas coletivos e não somente de indivíduos específicos, defendem interesses coletivos e não interesses pessoais. – Não são somente críticos sobre as políticas e práticas existentes, mas fazem propostas de mudanças possíveis. – Adquirem conhecimentos técnicos e políticos (inclusive sobre o funcionamento do Estado e do governo). – Mantém diálogo com os membros da sua associação ou com outras organizações, para definir posicionamentos coletivos. – Tem influência através dos seus posicionamentos sobre as decisões tomadas no espaço colaborativo ou de democracia participativa. – Adotam posturas de trabalho que reforçam os processos participativos e a construção coletiva com outros atores.
Dimensão C : Participação nas diversas etapas do processo de controle social (planejamento, monitoramento e avaliação)	Verificar no período: <ul style="list-style-type: none"> – Se as OPCDs e seus representantes participam não só do planejamento das políticas, projetos ou leis, mas também do seu monitoramento e da sua avaliação. – O número e o tipo de ações, de projetos e de políticas que foram planejados, monitorados e/ou avaliados pelas OPCDs.
Dimensão D : Nível de diálogo e de construção coletiva nas políticas públicas.	Analisar: <ul style="list-style-type: none"> – O número e a regularidade das reuniões, o número de audiências e de outros encontros que associam as OPCDs e outros atores, e principalmente os poderes públicos. – Se existe um nível de confiança e de apoio mútuo entre os atores e se decisões são tomadas e implementadas. – Se existe uma autonomia da sociedade civil, e uma independência das suas opiniões em relação às autoridades governamentais. – Se os eventuais conflitos entre atores freiam ou bloqueiam os processos colaborativos ou de democracia participativa.
Dimensão E : Projetos e políticas que respondem às demandas da sociedade civil	Analisar no período: <ul style="list-style-type: none"> – O número e o tipo de ações, de políticas e de programas criados e/ou implementados, influenciados pelas OPCDs.

- **Quem completa?**

Podem participar todas as pessoas engajados nos processos ou espaços de democracia participativa e controle social, em particular os representantes das OPCDs. A amostra de pessoas que participam para medição do índice deve ser a mais representativa possível dos atores envolvidos e das opiniões existentes. Na medida do possível, o maior número de pessoas deve ser envolvido neste exercício, a fim de garantir que a nota atribuída ao IPS reflita efetivamente o conjunto das avaliações.

Também é possível aplicar o IPS de forma separada no âmbito de cada categoria de atores. Possibilita a comparação das notas atribuídas para cada uma das dimensões e os argumentos que as justificam, e assim identificar eventuais diferenças de interpretação entre os diversos atores envolvidos.

C- Modificações possíveis para adaptação cultural

O IPS é um instrumento que possui uma flexibilidade que pode ser explorada, inclusive no âmbito da metodologia de aplicação. O exercício de medição do IPS pode ser realizado em uma oficina coletiva com várias OPCDs, mas também por meio de um questionário enviado para participantes. Também pode ser aplicado em reunião de equipe dentro de uma só organização. As notas atribuídas para cada dimensão podem ser dadas por consenso ou individualmente: neste caso, um valor médio deve ser calculado para cada dimensão para chegar depois ao índice global (ver o exemplo que segue).

A escala de medição de cada dimensão, em vez de oscilar entre 0 e 4, poderia variar entre -2 e +2. Neste caso, qualquer valor negativo corresponde a uma deterioração da dimensão analisada, e qualquer valor positiva a uma melhoria. A nota global oscila deste forma entre -10 et +10. A nota 0 corresponde a uma estagnação média na evolução do funcionamento do espaço de democracia participativa.

Não é necessário que um espaço de democracia participativa exista formalmente para aplicar o IPS. Este pode ser aplicado para medir as relações e o processo de diálogo que existem entre as OPCDs de forma geral, e os outros atores (e em particular os poderes públicos). Também pode ser utilizado para medir a evolução das relações ou de um espaço em uma determinada área, como por exemplo no âmbito do setor da educação, da saúde, do trabalho, etc.

Enfim, é possível realizar uma análise das 5 dimensões da participação no início do período de uma ação, levantando dados sobre os critérios mencionados na tabela anterior. No final do período, o cálculo do índice é orientado por dados mais objetivos que permitem elaborar um diagnóstico preciso da evolução dos processos de participação democrática.

D- Exemplo de utilização¹¹

Resultados da aplicação do IPS realizada em oficina por 9 grupos de representantes de OPCDs de Salvador da Bahia. (O período avaliado é de 8 anos, entre 2003 e 2010.)

OPCD	GAPDICA	ABC	FCD	ABACI	Elias	ADEF	Apalba	Vida Brasil	ASPELDF	total das notas	Média
A- Presença nos espaços de participação	4	3	4	4	3	4	4	4	4	34	$34 \div 9 = 3,7$
B- Qualidade da participação	3	3	3	3	2	3	3	3	3	24	$24 \div 9 = 2,6$
C- Participação em todas as etapas	3	3	2	3	2	3	2	3	3	24	$24 \div 9 = 2,6$
D- Diálogo entre o governo e a sociedade civil	absent	4	3	4	4	4	4	4	4	31	$31 \div 8 = 3,8$
E- Demandas respondidas ¹²	absent	4	3	3	3	3	3	2	3	24	$24 \div 8 = 3$
IPS											15,7

Para cada uma dessas dimensões, uma média foi calculada: a soma de todas as notas atribuídas para uma dimensão é dividido pelo número de organizações que responderam.

Considerações sobre as dimensões da medição do índice de participação sociopolítica

O IPS, como média total, está igual a 15,7 (sobre 20); significa uma melhoria da participação das cinco dimensões avaliadas (a nota é superior a 2 para cada dimensão). Neste exemplo, os participantes consideraram que houve mais especificamente uma melhoria do nível de diálogo com os poderes públicos, e uma maior presença das PCD nos espaços de participação democrática, alguns constituídos no período a partir de velhas reivindicações do movimento.

¹¹ Para maiores detalhes: Boucher, N., Vincent, P., Fougeyrollas, P., Geiser, P., Hazard, D. et Nouvellet, H.(2015). *Participação das pessoas com deficiência na governança local: como medir os efeitos das estratégias de desenvolvimento local inclusivo. Caderno 6: Aplicação do Índice de participação sociopolítica.*

¹² Mais precisamente: existência de projetos, políticas, leis que respondem às exigências/demandas da sociedade civil.

As cinco dimensões avaliadas:

A. Presença nos espaços de participação

A presença nos espaços de participação recebeu a nota mais alta (3,7). Esse valor atribuído por mais de 80 % dos participantes revela que a presença nos espaços melhorou muito. Novos espaços (conselhos, conferências, etc.) relacionados com os direitos das pessoas com deficiência foram criados. Algumas OPCDs também integraram espaços relacionados com outras temáticas de políticas públicas (saúde, direitos das mulheres, etc.).

B. Qualidade da participação

Para qualidade da participação, as notas diminuíram sensivelmente (média de 2,6). As organizações avaliam que a presença em vários conselhos (como espaços de participação) na garante necessariamente a qualidade da sua participação. Conflitos entre OPCDs no final do período afetaram diretamente os processos de controle social.

C. Participação em todas as etapas das políticas públicas: planejamento, avaliação e monitoramento

Essa dimensão também recebe uma das notas mais baixas (média de 2,6). As organizações avaliam que uma participação mais profunda foi realizada no âmbito do planejamento, da elaboração de planos, e na participação em conferências onde estratégias foram desenvolvidas para implementação de políticas públicas. Mas interferiram pouco em questões orçamentárias e relacionadas com a implementação e o monitoramento das políticas.

D. Diálogo entre poderes públicos e sociedade civil

É a nota mais elevada (3,8). Por causa do contexto de alternância política e da chegada da esquerda ao poder, as organizações consideram que houve uma maior abertura ao diálogo com a sociedade civil por parte do governo. Mas isso não se traduziu em ações implementadas. O diálogo limitou-se a um nível de participação de « escuta » (ser ouvido). Às vezes, chegou até o planejamento com a elaboração de planos e de estratégias de ação.

E. Existência de projetos, políticas, leis que respondem às demandas da sociedade civil

As organizações consideraram que as antigas reivindicações foram respondidas, tais como a criação de espaços de participação no âmbito estadual, federal e municipal. Mas foi ressaltado que a acessibilidade não foi profundamente melhorada. É possível afirmar que há mais elementos de acessibilidade considerados nos espaços construídos das cidades, mas estão isolados e não garantem a mobilidade no espaço urbano. A melhoria é sensível, porém não muito significativa (nota média de 3).

O interesse do uso **combinado** dos instrumentos

Cada uma dessas ferramentas pode ser usada sozinha ou em combinação com outros, dependendo dos objetivos definidos na intervenção conduzida pelos atores locais. A elaboração deste guia visa: descrever uma situação, planejar uma ação e avaliar os seus resultados. Esta avaliação pode servir para um processo de sistematização (contar a história da ação, tirar lições, identificar as competências desenvolvidas, divulgar os resultados).

Este guia metodológico não propõe metodologias fechadas, mas deixa espaço para criatividade das atrizes e dos atores.

As ferramentas facilitam a elaboração de retratos significativos, de territórios e da governança local, assim como da qualidade da participação social individual e coletiva das PCD.

1. **O instrumento de Caracterização Territorial (CT)** contribui para analisar os lugares, os atores, os mecanismos de decisão em um determinado território.
2. **O instrumento de Caracterização da Governança Local (CGL)** permite analisar os atores, a suas relações e o seu nível de envolvimento nos mecanismos de tomada de decisões em um determinado território.
3. **A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE)** permite medir a realização dos hábitos de vida e a participação social dos indivíduos, inclusive na realização do seu papel social de cidadão.
4. **A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE)** permite medir a qualidade do ambiente, e os obstáculos e elementos facilitadores praticados pelos indivíduos.
5. **O Índice de Participação Sócio-política (IPS)** contribui para analisar e medir o nível de influência coletiva das organizações da sociedade civil nos mecanismos de participação democrática, de controle social e de tomada de decisões, e monitorar sua evolução no decorrer do tempo.

Essas 5 ferramentas são complementares e estimulam o levantamento de dados **objetivos**, incluindo referências mas ou menos aceitas em relação a um território ; contribuem assim para elaboração de análises, diagnósticos, retratos, etc. em um determinado contexto.. Também é possível utilizar esses instrumentos para coletar dados **subjetivos**, que revelam percepções, e que podem ser confrontados com as constatações dos dados objetivos. As ferramentas assim facilitam a realização de um trabalho sobre medição da percepção (sentimento de...), uma comparação com os resultados medidos e comunicados pelos atores institucionais locais, e a identificação de eventuais descompassos entre percepções e referências dos atores institucionais. Os instrumentos também facilitam edificação de uma comparação da situação das PCD com a de outros grupos populacionais, e em outros contextos de vida.

A **MHAVIE** e a **MQE** permitem obter informações sobre o nível e a qualidade da participação individual; identificar a influência das características dos contextos de vida na realização das atividades cotidianas e dos papéis sociais; e contribuem para identificar eventuais obstáculos. O **IPS** permite identificar os avanços, os obstáculos e os desafios em processos de participação política das OPCD. A **caracterização da governança local** apoia a sociedade civil para uma melhor identificação dos elementos que devem orientar a ação de promoção da participação das PCD nos processos locais de tomada de decisão.

Os instrumentos são complementares, e seu uso concomitante permite analisar a noção de participação nas suas múltiplas dimensões. Por exemplo, o uso combinado da MHAVIE e da MQE é muito pertinente, considerando que a avaliação do ambiente abre naturalmente um diálogo sobre os hábitos de vida da pessoa ou de um grupo de pessoas, e vice-versa. Por exemplo, a realização do hábito de vida « deslocamento » está estreitamente relacionado com a qualidade do ambiente, tanto no nível micro-pessoal (moradia...), meso-comunitário (bairro, transporte coletivo...) e macro-societal (político, ambiente construído e acessibilidade...).

Com um uso cruzado e prolongado no tempo, a troca de experiências está facilitada entre ações coletivas que visam uma maior participação das PCD através das suas organizações representativas. Os instrumentos contribuem para tradução de visões compartilhadas, para o debate e construção de uma visão comum, para leitura comum de situações. Os resultados que permitem obter conduzem os usuários a integrar nos efeitos medidos ações destinadas a incidir nas regras sociais, nos valores, nas atitudes e normas, contribuindo desta forma para o exercício dos direitos.

Deve ser ressaltada o aporte muito significativo do uso dos instrumentos no processo de aprendizagem dos atores e atrizes do território:

- Aprendizagem do uso dos instrumentos;
- Aprendizagem da reflexão e do trabalho coletivo;
- Aprendizagem do diálogo no processo de construção de uma visão e de uma linguagem comuns.

Contribuem para reforçar o poder de ação no âmbito individual, coletivo e institucional. Podem assim viabilizar para as OPCDs a **construção de um posicionamento político** sobre a situação da deficiência em determinados territórios, expressar os pontos de vista e estimular o diálogo, particularmente o diálogo político sobre a consideração pelo território das necessidades das pessoas com deficiência.

Exemplo de uso combinado dos 5 instrumentos

Vamos tomar um exemplo fictício de uma rede Z de associações da área da deficiência que deseja estruturar uma estratégia de intervenção no âmbito de um território (que pode ser um estado, uma cidade, uma região...), e também fortalecer suas capacidades de intervenção e participação política, e ainda desenvolver eixos estratégicos nesse sentido.

O país onde intervém Z, essa rede de OPCDs, é caracterizado por um sistema de democracia representativa, com eleições no âmbito nacional e também local. Um processo de descentralização dos serviços e dos poderes da administração pública está em curso, entre outros na execução das políticas sociais. Instrumentos e mecanismos de participação das organizações nas políticas públicas estão sendo estruturados. As OPCDs assim estão recentemente envolvidas em processo de diálogos e de consulta, assim como as OSC de forma geral no território.

No que diz respeito à deficiência, os princípios das políticas inclusivas estão postos, mas a implementação de programas e políticas governamentais ainda é tímida. Parcerias existente ou estão tomando corpo com as OPCDs. Um conselho participativo para promoção de políticas públicas para as pessoas com deficiência, que reúne atores governamentais e da sociedade civil está sendo criado no território.

A rede Z de OPCDs, para elaborar a sua estratégia, deve realizar um planejamento estratégico para um período plurianual. Z deve aprofundar o seu entendimento da situação e dispor de dados, e deseja priorizar um processo participativo de construção do conhecimento e de monitoramento das ações, com o envolvimento dos seus membros e das pessoas com deficiência ao longo de todo período.

Dentro deste planejamento estratégico, a rede decide utilizar 2 instrumentos:

- Com o uso do instrumento de Caracterização Territorial (CT): Z agora dispõe de um retrato do território e da sua dinâmica. O entendimento coletivo da situação e o discurso comum às diversas OPCDs, por outro lado, fortalecem-se.
- A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE): Z seleciona uma amostra de membros (uma quarentena) que frequentam, de forma ou outra, dos espaços no território, zelando pelo respeito de um equilíbrio de gênero e uma diversidade de tipos de deficiência, classes sociais, bairros de residência e idades. O questionário é aplicado individualmente.

Um diagnóstico da cidade está disponível, com os principais obstáculos e facilitadores para participação das PCDs. É possível distinguir os principais obstáculos por tipo de deficiência, mas também perceber as diferenças entre homens e mulheres, entre crianças e adultos, entre moradores do centro ou de bairros populares...

Com esses dados disponíveis, Z possui um retrato detalhado da situação das PCDs no território, que sintetiza em um texto de contextualização precisa do território e da situação dos direitos das pessoas com deficiência. Doravante, é possível tomar decisões de ordem estratégica. Com base nos principais obstáculos identificados, nas dinâmicas sociais e políticas existentes e na identificação das próprias capacidades e possibilidades de ações, eixos de intervenção agora podem ser priorizados.

Por exemplo: Eixo 1- Promoção da acessibilidade no território; Eixo 2- Promoção da educação inclusiva; e Eixo 3- Fortalecimento das capacidades de incidência sociopolítica da rede e dos seus membros associativos.

Z entra em uma nova fase de **concepção e implementação de projetos** que se inserem em cada um dos eixos. Dispõe de dados provenientes da aplicação da CT e da MQE para uma contextualização e uma justificativa detalhada das ações destinadas a eliminar os obstáculos.

Os projetos concebidos preveem o uso de vários outros instrumentos:

- A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE) está prevista no projeto. Está aplicada no início (e o será no final) do projeto plurianual, com o objetivo de medir a situação e as mudanças que vão surgir no âmbito dos hábitos de vida das PCDs, depois das intervenções de Z no território ao lado de outros atores.

O instrumento está integrado desde a fase de concepção dos projetos, mas também durante a sua execução em diversos campos de ação: em um projeto de educação inclusiva, com crianças e adolescentes, mas também em um projeto de promoção da acessibilidade, com adultos.

Para isso, uma equipe foi criada, composta por pesquisadores provenientes das diversas associações membros. Eles aplicam os questionados, supervisionados por Z, para grupos de crianças e adolescentes em meio escolar (alguns acompanhados por uma pessoa da família ou

por um educador), e do outro lado com 4 grupos de homens e mulheres com deficiência: pessoas com deficiência física e motora, pessoas cegas, surdas, et pessoas com deficiência intelectual.

Nesses dois projetos, os pesquisadores aplicam os questionários MHAVIE e MQE em dois momentos com intervalo de vários anos, na medida do possível preservando as mesmas pessoas, ou aumentando o grupo das pessoas pesquisadas no final do período.

- O Índice de participação sócio-política (IPS) também está inserido em 2 projetos, em áreas onde existem uma dimensão de participação democrática e de construção coletiva que associam OPCDs e atores governamentais e/ou prestadores de serviços. Tratam-se, no caso de Z, do seu projeto de fortalecimento das capacidades de incidência em matéria de controle social, mas também do seu projeto de educação inclusiva. Nos dois casos, escolha do guia foi orientada pela criação ou existência de espaços ou de processos de participação política para as OPCDs.

Está fixada pelo conjunto dos atores uma nota atribuída de 15/20 para final do período como resultado esperado de cada projeto. Ela significa uma melhoria considerável da evolução desses espaços ou processos.

O **monitoramento e a avaliação** das ações nesses 3 eixos estratégicos preveem o uso de vários instrumentos.

- Para o IPS, no ano 1, uma análise das 5 dimensões do IPS é realizada, levantando dados com base em critérios mencionados para cada uma delas.

O IPS é aplicado de forma coletiva no meio e no final de período plurianual, dentro das avaliações intermediária e final, em cada um dos dois projetos. Nos dois espaços ou processo de participação, todos os atores envolvidos estão convidados para medir o IPS.

- O instrumento de Caracterização da Governança Local (CGL) também é aplicado no quadro do monitoramento de várias ações, no meio do período mas também dentro de avaliações finais. Z escolheu utilizar a CGL no âmbito dos seus 3 eixos estratégicos: a educação inclusiva, a promoção da acessibilidade e o fortalecimento das capacidades de incidência em controle social. Todos os projetos estão relacionados com parcerias com outras categorias de atores que evoluíram no decorrer do tempo e do desenvolvimento das atividades.

Para avaliação intermediária, Z decide envolver sucessivamente as diversas categorias de atores. Em um primeiro momento, a equipe de projeto realiza uma análise e prepara uma apresentação da evolução dos níveis de colaboração entre os atores nas diversas fases do projeto. Ela submete o seu trabalho para seus membros associativos em uma oficina, recolhe opiniões que alteram sensivelmente as análises para cada uma das fases das ações, e finalmente valida uma análise consensual da CGL dentro da rede. Os resultados desta análise estão apresentados em reunião ou seminário que inclui os atores parceiros das OPCDs. Servem de meio de pressão das OPCDs para corrigir os bloqueios ou dificuldades na evolução das relações e no compartilhamento das responsabilidades.

Para avaliação final dos projetos em cada um dos 3 eixos de intervenção, Z escolhe a realização de uma oficina de avaliação que reúne diretamente os diversos atores da área considerada, já

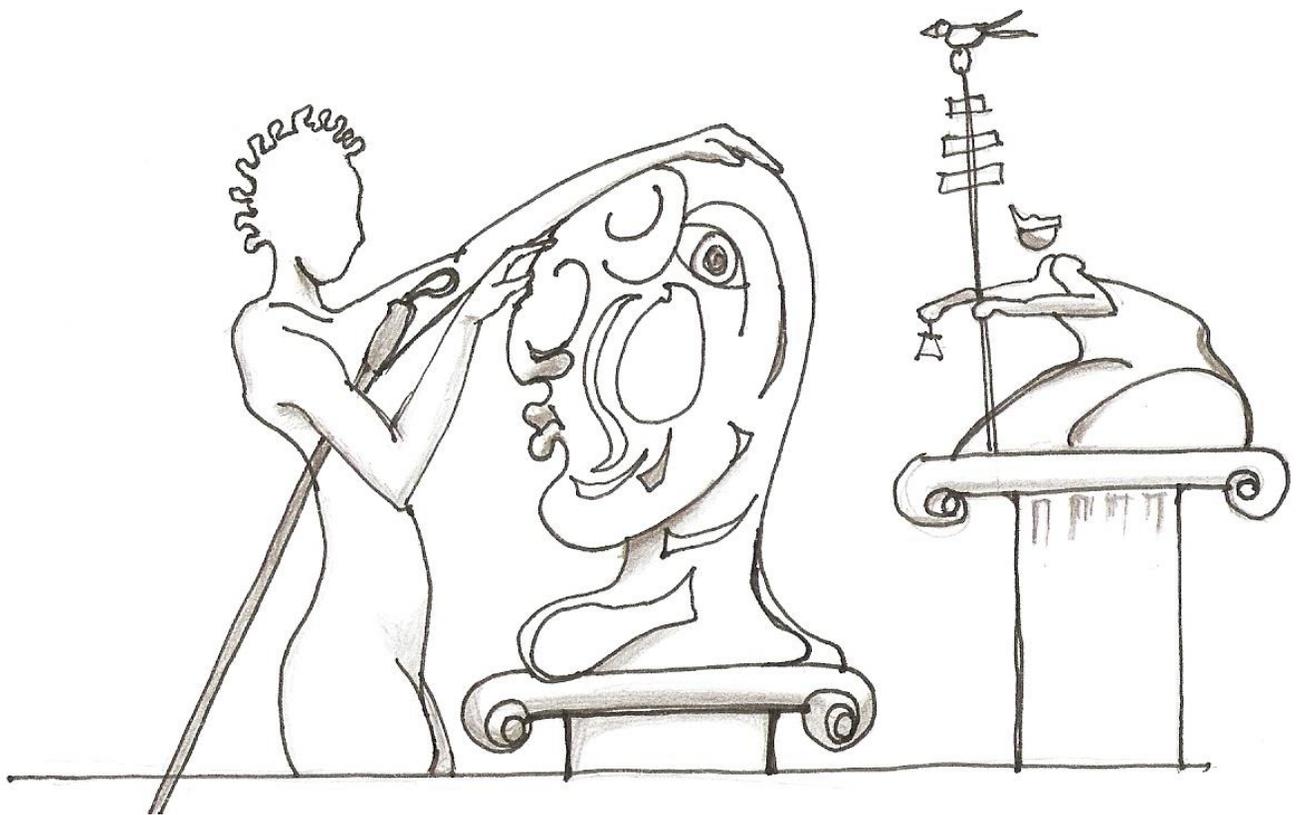
que uma parte significativa está familiarizada com o instrumento CGL. Aplicar e caracterizar a CGL de forma coletiva estimula uma avaliação participativa sobre a evolução das ações e das relações, e faz emergir uma rica análise que inclui as diversas percepções.

Z, enfim, escolhe, no final do período de implementação da sua estratégia de intervenção de vários anos, de medir o **impacto das suas ações** e daquelas de outros atores no território, olhando a evolução dos hábitos de vida e do bem-estar das PCD, mas também da qualidade do ambiente para eles.

- Para isso, a MHAVIE e a MQE são utilizados e aplicados com grupos os mais representativos possíveis da diversidade das PCDs no território, crianças, adolescentes e adultos, incluindo pessoas idosas. Os resultados estão compilados. Retratam de forma detalhada a situação das pessoas com deficiência no território. Comparados com os dados coletados no início do período, permitem medir a evolução dos hábitos de vida das PCD e da sua participação social, mas também os principais obstáculos e facilitadores que elas percebem.

Ao longo de toda sua intervenção, a rede Z aproveitou dos resultados ofertados pela experimentação das diversas ferramentas, para múltiplos fins: atividades de incidência política e controle social, publicações, produtos de comunicação, de formação, de sensibilização, tomadas de decisões, apresentação e monitoramento de projetos, definição de estratégias, fortalecimento da participação dentro da rede, ou ainda da qualidade dos espaços e processos de participação política onde intervêm as OPCDs.

ANEXOS



ANEXO I: Programação do Seminário em Marrocos

Plano do seminário de apresentação e validação do guia metodológico (interno)

Rabat (Marrocos), 7 a 9 de julho de 2017

➤ *Primeiro dia*

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
Introdução	<p><u>Boas vindas</u></p> <p>Rodada de apresentações das/dos participantes c/:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Apresentação de cada pessoa (nome, organização, país, território), 2- Um aspecto da sua experiência em termos de DLI e de participação social e/ou cidadã e política em um território, 3- As suas expectativas neste seminário 	<p>Grandes folhas com</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Objetivos do seminário 2- Programação <p>+ cópia para todas as pessoas</p>	<p>Khadiri / Hajar / Damien</p> <p>Todas as pessoas</p> <p>Damien escreve em flip shart as expectativas</p>	<u>1º dia</u> <u>Manhã</u>
	<p>Apresentação dos <u>objetivos do seminário</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apresentar uma versão provisória do guia, que trata do uso de 5 instrumentos de medição da participação individual e coletiva das pessoas com deficiência. – Recolher opiniões para melhorar o guia metodológico para as OPCDs, em vista da sua finalização, da sua tradução em vários idiomas e da sua divulgação. <p>Acrescentando</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Reação sobre as expectativas ○ Apresentação dos limites e das orientações do trabalho dos 3 dias: muita (demais) informações para repassar em 3 dias / A ideia é familiarizar-se com o guia para poder encontrar conteúdo / Consultar o guia durante o 		<p>Damien</p>	

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
	<p>seminário / necessita uma metodologia inclusiva, que alia teoria e experimentação / Trabalho em Grupo é fundamental: entender juntos o guia e analisa-lo coletivamente mais do que individualmente / Se possível, uma pessoa a cada dia ou para cada parte do guia, faz uma síntese das opiniões e preenche o caderno de validação.</p> <p>Apresentação da <u>programação</u> e dos principais pontos que serão tratados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Apresentação do histórico do projeto e dos seus objetivos</i> – <i>Estrutura do guia</i> – <i>Conceitos chaves relacionados com o DLI e a medição da participação</i> – <i>Instrumentos de medição da participação individual e coletiva das pessoas com deficiência</i> <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Instrumento de caracterização territorial (CT)</i> ○ <i>Instrumento de caracterização da governança local (CGL)</i> ○ <i>Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE)</i> ○ <i>Medição da Qualidade do Ambiente (MQE)</i> ○ <i>Índice de Participação Sociopolítica (IPS)</i> – <i>Métodos e exercícios de aplicação</i> – <i>Identificação de lementos para melhorar / finalizar o guia</i> 			
Apresentação do Guia	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Histórico do projeto</u> anterior e do projeto em curso de elaboração do guia – <u>Objetivos do guia – Dinâmica:</u> utilizar a parte Introdução do guia. Um depois do outro, as pessoas leem um parágrafo da introdução, enquanto as outras pessoas 	Power point Normand / Pascale (histórico do projeto) Guia	Damien com os/as participantes	

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
	<p>individualmente e debatida em grupo. O facilitador passa nos 3 grupos para alimentar o debate. Si os grupos 1 (DLI) e 2 (governança local) acabam, olham outro da sua escolha.</p> <p>III. Na medida do possível, os membros preenchem a parte do caderno de validação relacionada com o conceito que escolheram.</p> <p>IV. <u>Plenária</u>: uma pessoa de cada um dos grupos comenta a parte lida no guia.</p>		Relatores/as dos 3 GTs	
	<p>Comentários sobre o 1º dia / Orientações para ler as partes sobre MHAVIE e MQE para o 3º dia</p>		Participantes Damien	
	Fim do 1º dia			

➤ *Segundo dia*

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
Introdução do 2º dia	<p><u>Introdução</u> Dinâmica: as pessoas que querem comentam um aspecto interessante do dia anterior</p> <p>Apresentação da programação do dia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O método • A apresentação dos 5 instrumentos • Aprofundamento sobre um dos instrumentos (em grupos) 	Quadro branco / negro ou Flipshart com marcadores	Participantes Damien	<u>2º dia</u> <u>Manhã</u>
Método	<p><u>Apresentação pelo facilitador</u> Apresentação sucinta dos 5 instrumentos (com as frases abaixo, e uma ou 2 imagens / gráficos do guia para cada instrumento):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>O instrumento de caracterização territorial (CT)</i> para analisar os lugares, os atores, os mecanismos de tomada de decisão em um determinado território. 2. <i>O instrumento de caracterização da governança local (CGL)</i> para analisar os atores, suas relações e seu nível desenvolvimento nos mecanismos de tomada de decisões em um determinado território. 3. <i>A Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE)</i> para medir a realização dos hábitos de vida e a participação social dos indivíduos, incluindo a realização de um papel social de cidadão. 4. <i>A Medição da Qualidade do Ambiente (MQE)</i> para medir a qualidade do ambiente, os obstáculos e facilitadores para os indivíduos. 5. <i>O Índice de participação sociopolítica (IPS)</i> para medir a influência coletiva das 	Power point resumindo os principais pontos e figuras/tabelas das ferramentas	Damien	1h30

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
	<p>organizações da sociedade civil nos processos de concertação / participação democrática e de acompanhar a evolução no tempo.</p> <p>Em que consiste a descrição, o planejamento, a avaliação e a análise? Elementos metodológicos extraídos do guia sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrever a ação a ser avaliada - Descrever o contexto da ação - Planejar a ação e sua avaliação - Refletir sobre a ação, sobre os atores - Qualificar a participação na governança local e seus efeitos 	<p>Power point apresentando os principais pontos do método</p>		
Instrumento de caracterização territorial	<p>Apresentação do <u>instrumento de caracterização territorial (CT)</u></p> <p>3 GTs : trabalham se possível sobre o mesmo território (a princípio de Marrocos), dividindo os marroquinos que conhecem o território nos 3 grupos. Cada GT elabora uma descrição usando uma das 3 fichas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Ação 2- Atores 3- Territórios <p>Plenária: apresentação dos 3GTs / 3 fichas preenchidas</p>	<p>Guia</p> <p>Quadro branco/negro ou Flipshart com marcadores</p>	<p>Damien</p> <p>GTs</p>	
ALMOÇO				
	<p>Apresentação do <u>instrumento de caracterização da governança local (CGL)</u></p> <p>E particularmente das tabelas com as etapas de uma ação /de 1 projeto e dos níveis de colaboração</p> <p>Apresentação do exemplo de Tuléar</p>	<p>Power point com os principais pontos da CGL</p> <p>Tabela com a evolução do projeto x das relações de colaboração (power point, word ou guia)</p>	<p>Damien (que conhece o projeto de Tuléar) descreve sua evolução seguindo a tabela e comentando</p>	

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
	Orientações para olhar a MHAVIE e a MQE para o 2o dia			
	FIM DO 2º DIA			

➤ *Terceiro dia*

PARTES	DESCRIÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	QUEM	QUANDO
3º dia	Apresentação de: <ul style="list-style-type: none"> - Medição dos Hábitos de Vida (MHAVIE) - Medição da Qualidade do Ambiente (MQE) 	Power Point + Guia	Damien	<u>3º dia Manhã</u>
	Exercício de aplicação em grupos de 3 pessoas, com base em uma parte de um questionário da MHAVIE para metade das pessoas, e da MQE para as demais	Questionários da MHAVIE e da MQE distribuídos para todos/as os/as participantes	GTs	
	ALMOÇO			
	Apresentação do Índice de participação sociopolítica (IPS) Exercício em plenária de medição do IPS, onde cada pessoa atribui notas à diversas dimensões da participação no seu contexto específico	Power point + Guia Quadro branco / negro ou Flipshart com marcadores	Damien	<u>Tarde</u>
	AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO (ORAL / ESCRITO)	Questionário de avaliação do seminário distribuído para todas/os participantes.		

ANEXO II : Exemplos de planejamento do trabalho de avaliação

Neste anexo, os diferentes itens e perguntas são abordados, relativos às principais etapas de planejamento descritas nas páginas 21 a 23.

1. Para TULEAR (Madagascar)

- Objeto da avaliação: O dispositivo BAS (escritório de assuntos sociais), que integra os balcões de proximidade com os chefes de bairros:
 - O papel do BAS na melhoria da participação social das pessoas com deficiência
- Perguntas orientadoras
 - O acompanhamento das PCDs efetuado pelo BAS de Tuléar desde 2007 melhorou:
 - A acessibilidade aos serviços públicos?
 - O acesso à educação e à formação ?
 - O acesso à saúde ?
 - O acesso ao trabalho?
 - A cidadania ativa?
 - As ações conduzidas pelo dispositivo BAS deixam a vida cotidiana e o deslocamento das PCDs mais fáceis?
 - O que mudou na vida das PCDs?

Hipótese: o acompanhamento das PCDs efetuado pelo BAS levou a maiores mudanças nas atividades cotidianas do que nos papéis sociais.

- Portador / coordenador da avaliação: HI
- Expectativas da avaliação
 - Melhorar os aspectos onde a falta de visibilidade das PCDs está ocorrendo
 - Ampliar a inclusão das PCDs (para deixar mais efetivo o DLI)
 - Preservar as conquistas da participação social das PCDs
 - Fortalecer o exercício dos direitos das PCDs
 - Valorização das PCDs e da dinâmica de inclusão
- Objectivos e resultados esperados
 - Dar um retorno sobre o uso do método e das ferramentas
 - Melhorar o conhecimento dos efeitos do DLI sobre a participação social individual e coletiva das PCDs
 - Identificar elementos de melhoria da estratégia DLI implementada em Tuléar
- Ações relacionadas com a avaliação

Campos de ação do BAS em torno de:

 - A sensibilização dos atores
 - O acompanhamento de:
 - Reabilitação
 - Social: projeto personalizado
 - Inserção profissional

- Orientação:
 - o Inclusão escolar
 - o Serviços públicos: municipais / desconcentrados / tribunal
- Perímetro do trabalho
 - 7 distritos municipais (e em cada distrito, os 5 a 7 bairros, e as zonas inscritas nos distritos que vão além de 7 bairros)
 - Os serviços públicos presentes nos 7 distritos
 - Especificamente:
 - o Serviços Educação e formação
 - o Serviços de saúde
 - Os espaços de participação que tratam da deficiência
 - IMF
 - Empresas
- Públicos visados pelas ações do BAS e relacionados com a avaliação
 - PCDs que moram nos 7 distritos de Tuléar
 - PCDs acompanhadas pelo BAS a partir de 2007
 - PCDs acompanhadas de forma regular + PCDs cujo acompanhamento findou
 - 4 categorias de deficiência (motor, auditivo, visual, intelectual)
 - Homens / Mulheres
 - PCDs em idade de escolaridade + adultos
 - Usuários dos serviços de saúde, educação, formação, estado civil...
- Amostra pensada
 - 10 PCDs / famílias de PCD
 - 5 H + 5 F / famílias
 - 1 percentual aleatório de crianças e de adultos dentre os 10
 - 40 pessoas
- Etapas de trabalho e calendário

ETAPAS	MARÇ	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT

ETAPAS	MARÇ	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT

2. Para BORDEAUX (França)

- Objeto da avaliação: acessibilidade do transporte (deslocamento + comportamentos)
- Dificuldades encontradas
 - Acessibilidade: vereadores e técnicos não sabem o que isso significa
 - Acessibilidade sobre o planejamento urbano: obras de adaptação no espaço construído beneficiam a acessibilidade e o trabalho de manutenção dos equipamentos urbanos
 - Dificuldade nos espaços de participação: comportamento e olhar dos outros cidadãos
 - Mercado como visão prioritária: envelhecimento da população e perda de mobilidade...

- Perguntas orientadoras

As ações de implementação da acessibilidade no território de CUB deixaram desde 2005 uma rota de deslocamento mais operacional (11 elementos)?

As ações (equipamentos e obras na rede + formações para motoristas e usuários) deixaram a vida cotidiana e o deslocamento mais fáceis? O que mudou na vida das PCDs?

Como a cidade relaciona a política municipal com a implementação da acessibilidade na cidade?

Hipótese: mais mudanças nas atividades cotidianas em relação aos papéis sociais

- Perímetro
 - CUB (28 municípios, sendo 3 grandes cidades da região de Aquitaine : Bordeaux, Pessac, Mérignac)
 - Rede de transporte público CUB (veículo leve sobre trilho, ônibus, integração com estacionamento, bicicleta, trem).
 - Serviço regular, serviço adaptado

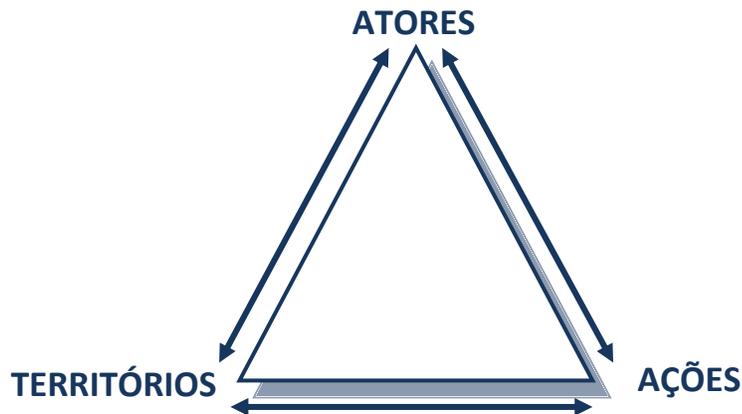
 - Ações relacionadas com a avaliação
 - Técnicas: rota de deslocamento de acordo com o documento do CIRRIIS (caminho + orientação)
 - Social: formação, suporte, consideração dos recursos (olhar, relações com os profissionais e com os demais usuários)

 - Públicos visados pelas ações e relacionados com a avaliação
 - 3 categorias de deficiência (psíquica = identidade em construção; auditivo: dificuldade em mobilizar porque os espaços não estão adaptados)
 - Homens/Mulheres
 - Pessoas que moram e/ou trabalham na CUB
 - Pessoas usuárias dos serviços regulares comuns ou dos serviços especializados adaptados.
- Período de avaliação - 4 meses

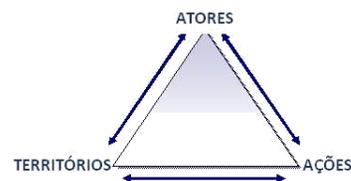
ANEXO III: INSTRUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

Os elementos chaves de uma dinâmica de Desenvolvimento Local/Territorial articulam-se em torno de 3 fundamentos interdependentes, que são:

- Os atores
- Os territórios
- As ações



- Quais usos possíveis do território (espaço de vida adaptado) por-para todos / por- para as PCDs?
- Quais práticas de cooperação por todas / pelas OPCDs e PCDs?
- Quais práticas de inclusão das OPCDs e das PCDs pelos territórios em termos de dispositivos de participação?
- Que implementação da acessibilidade no território (espaço construído e serviços)?



A denominação de Território aqui designa principalmente:

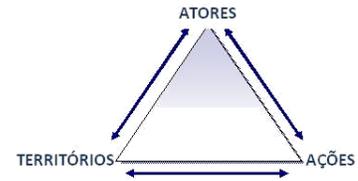
O espaço no qual estão localizados os equipamentos e serviços utilizados e frequentados pelas pessoas na sua vida cotidiana e de trabalho.

Espaço de resposta:

Perguntas:

- Quais as **especificidades deste espaço**? Quais são as principais vantagens e desvantagens para vida cotidiana e para vida profissional?
- Quais são as principais **atividades econômicas**? Quais as principais empresas presentes? Oferecem serviços de forma geral, mas também consideram especificamente a questão da deficiência?
- Quais são as principais infraestruturas implementadas para facilitar a circulação? Quais são os principais serviços públicos disponíveis? As **infraestruturas e os serviços** são fisicamente acessíveis para todas as pessoas?
- Existem **conflitos**¹³ importantes no território? Sobre o que? Qual é sua influência tem sobre a melhoria da situação local de forma geral, mas também de forma específica sobre a inclusão das pessoas com deficiência?
- Pode-se afirmar que o território está **aberto** para as pessoas em geral? Por que? Existem categorias da população que são discriminadas? Se for o caso, quais e em que sentido? Houve evolução nesta matéria? Como estão consideradas as necessidades específicas das mulheres, inclusive nas questões relacionadas com a deficiência?

¹³ A denominação de conflito aqui faz referência às relações nas quais existe uma quebra estabelecida de comunicação: as partes em conflito não colaboram e não podem dialogar sem tensões, ou até com violência verbal ou física.



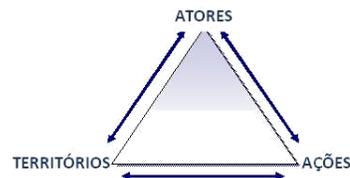
A denominação de Ator aqui designa:

Qualquer ator (público e privado, incluindo organizações da sociedade, formal ou informal) que busca agir, de forma ou outra, para incidir na melhoria e na mudança de uma situação que avalia como problemática no âmbito local.

Espaço de resposta:

Perguntas

- Quais são os **atores que cuidam das questões relacionadas com a deficiência**? Quem eles representam? Sobre o que trabalham? Por que? Como?
- Qual é sua avaliação globalmente das **capacidades de intervenção** desses atores, para fazer evoluir a situação? Quais são suas forças e sua fragilidades de forma geral, mas também de maneira específica em relação à consideração da situação específica das mulheres?
- Dentre os homens que cuidam das questões relacionadas com a deficiência, quais são os atores que exercem ou exerciam um papel determinante nas questões relacionadas com a deficiência? Porque os consideram como atores determinantes? Sobre o que trabalham? Com quem estão atuando?
- Os diferentes atores e atrizes que cuidam das questões relacionadas com a deficiência desenvolvem ações convergentes? **Costumam atuar juntos**? Por que? O que estimulou isso? Dentre de que contexto estão atuando juntos? Quais são suas práticas em matéria de busca coletiva de soluções?
- Os atores e atrizes que cuidam das questões relacionadas com a deficiência **costumam atuar com as autoridades locais**? Como? Existem experiências de destaque em matéria de colaboração com as autoridades locais, que sejam relacionadas com a deficiência ou em outras áreas? Porque consideram que essas experiências se destacam? Quais são os espaços de diálogo, de concertação, de negociação com as autoridades locais, a sociedade civil e os moradores? De que estão tratando? Quais são os/as participantes?



A denominação de Ação aqui designa:

Qualquer intervenção pública ou privada desenvolvida para transformar, de forma ou outra, a situação dos recursos (naturais, materiais, humanos, financeiros, etc.) disponíveis no âmbito local.

Espaço de resposta:

Perguntas

- De forma geral, quais são as **intervenções públicas e/ou privadas** importantes desenvolvidas para melhorar a situação local? Por quem estão sendo desenvolvidas? Porque as consideram como importantes?
- Quais as **prioridades** em matéria de desenvolvimento social e de desenvolvimento econômico? Quais são as prioridades relacionadas com a situação específica das mulheres?
- Dentre as intervenções públicas e/ou privadas desenvolvidas, existem intervenções que contribuem para o **apoio/suporte das PCDs**? Em que sentido permitem melhorar a situação das PCDs? Por quem estão sendo conduzidas? Com quem? Quais são suas forças e suas fragilidades de forma geral, mas também mais especificamente em relação à situação específica das mulheres?
- Existe uma política específica em matéria de deficiência? Por quem está sendo conduzida? Com quem? Sobre quais prioridades trabalham as autoridades locais responsáveis pelo desenvolvimento local?
- Existem **intervenções públicas e/ou privadas que buscam mobilizar, inovar e/ou reforçar as capacidades de intervenção dos atores que atuam com as questões da deficiência**? Por quem estão sendo conduzidas? Com quem? Quais são suas forças e fragilidades de forma geral, mas também em relação à situação específica das mulheres?

ANEXO IV: INSTRUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA GOVERNANÇA LOCAL

ETAPAS DE VIDA DE UM PROJETO/AÇÃO	NÍVEIS DE ABERTURA/COLABORAÇÃO DO RESPONSÁVEL COM OUTROS ATORES SOBRE O PROJETO/AÇÃO
<p>PERCEPÇÃO DE (UM) PROBLEMA(S) Identificação da(s) necessidade(s): definição das constatações, situação, Determinação do(s) problema(s), necessidades, desafios</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>IDEIA(S) DE FAZER UM PROJETO Uma ideia + a vontade de desenvolver uma ação + uma intenção</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>SURGIMENTO DE UM PROJETO Responsável pelo construção, pessoal, iniciador/portador</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">PROJETO Termos de referência e dispositivo</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Escolhas: Orientações, Prioridades, objetivos, ações, recursos</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>ELABORAÇÃO DO PROJETO Definição das ações e atividades</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">REALIZAÇÃO DO PROJETO</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DAS MUDANÇAS</p>	<p>EDUCAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO</p> <p>INFORMAÇÃO</p> <p>CONSULTA</p> <p>CONCERTAÇÃO</p> <p>COORDENAÇÃO</p> <p>CO-PRODUÇÃO</p> <p>CO-DECISÃO</p>

REFERÊNCIAS SOBRE OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

NÍVEIS	REFERÊNCIAS
SENSIBILIZAÇÃO/EDUCAÇÃO	Desenvolve-se as capacidades da ação
INFORMAÇÃO	Apresenta-se a ação
CONSULTA	Dá-se a opinião sobre a ação
CONCERTAÇÃO	Acorda-se sobre a ação
COORDENAÇÃO	Organiza-se para fazer intervenções oriundas de vários lados sobre a mesma ação
COPRODUÇÃO	Colaboração na realização técnica
CODECISÃO	Decide-se de forma conjunta a ação/sobre a ação

CIEDEL (Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local - *Centre International d'Études pour le Développement Local*)

<http://www.ciedel.org/>

2 rue des Archives

69002 – LYON – França

Podem entrar em contato com o CIEDEL pelo e-mail ou por telefone:

ciedel@univ-catholyon.fr

(33) 04 72 77 87 50

ANEXO V: A MEDIÇÃO DOS HÁBITOS DE VIDA

DIREITOS AUTORAIS: Os instrumentos de medição e os formulários de coleta de dados MHAVIE e MQE são protegidos por direitos autorais e por direitos de propriedade intelectual. **Qualquer reprodução é estritamente proibida.**

Vocês podem procurar esses documentos através do site internet do RIPPH <http://mhavie.ca>

Também podem entrar em contato com o RIPPH por e-mail ou por telefone.

✉ ripph@irdpq.qc.ca

☎ 418-529-9141, ramal 6202

A medição dos hábitos de vida

Versão reduzida

21 énoncés

(MHAVIE 4.0)

VERSÃO PARA **ADOLESCENTES, ADUTOS E IDOSOS**

Formulário de coleta de informação

1 Nome: _____ 2 Data de nascimento : _____ dia _____ mês _____ ano _____ / _____ / _____

3 Sexo : Feminino Masculino 4 Assinalar o nível de escolaridade da pessoa :
Secundário Não se aplica
Pós secundário

5 Assinalar a situação de trabalho/emprego da pessoa:
Regular tempo integral Regular tempo parcial Sem emprego
temporário tempo integral Temporário tempo parcial Não se aplica

6 Data da avaliação : _____ dia _____ mês _____ ano _____ / _____ / _____

7 O entrevistado foi :
 A pessoa de maneira autônoma
 A pessoa com ajuda de um familiar, pessoa próxima ou de um ajudante.
(pai mãe outro _____)
 um familiar
(pai mãe outro _____)
 um familiar ou uma pessoa próxima com auxílio de uma ajudante
(pai mãe outro _____)
 um ajudante (nome e área de trabalho) _____

Se a pessoa não está presente, você pode explicar as razões:

8 O nível de satisfação da pessoa:
 Satisfação percebida pelo entrevistado
 Satisfação do entrevistado

9 Outras informações pertinentes :

Referência : Fougeyrollas, P. et al. (2014). *La mesure des habitudes de vie (MHAVIE 4.0) : Version courte*, Québec, Réseau international sur le Processus de production du handicap.

Para mais informações : <http://mhavie.ca>

Instruções de uso para quem responde: indications générales

Solicitamos que você leia estas instruções atenciosamente. Isso irá familiarizá-lo com o questionário e tornar mais fácil para você usar.

Em geral, este questionário visa reunir informações sobre um conjunto de hábitos de vida que a pessoa realiza em seu ambiente (casa, local de trabalho ou estudo, bairro...).

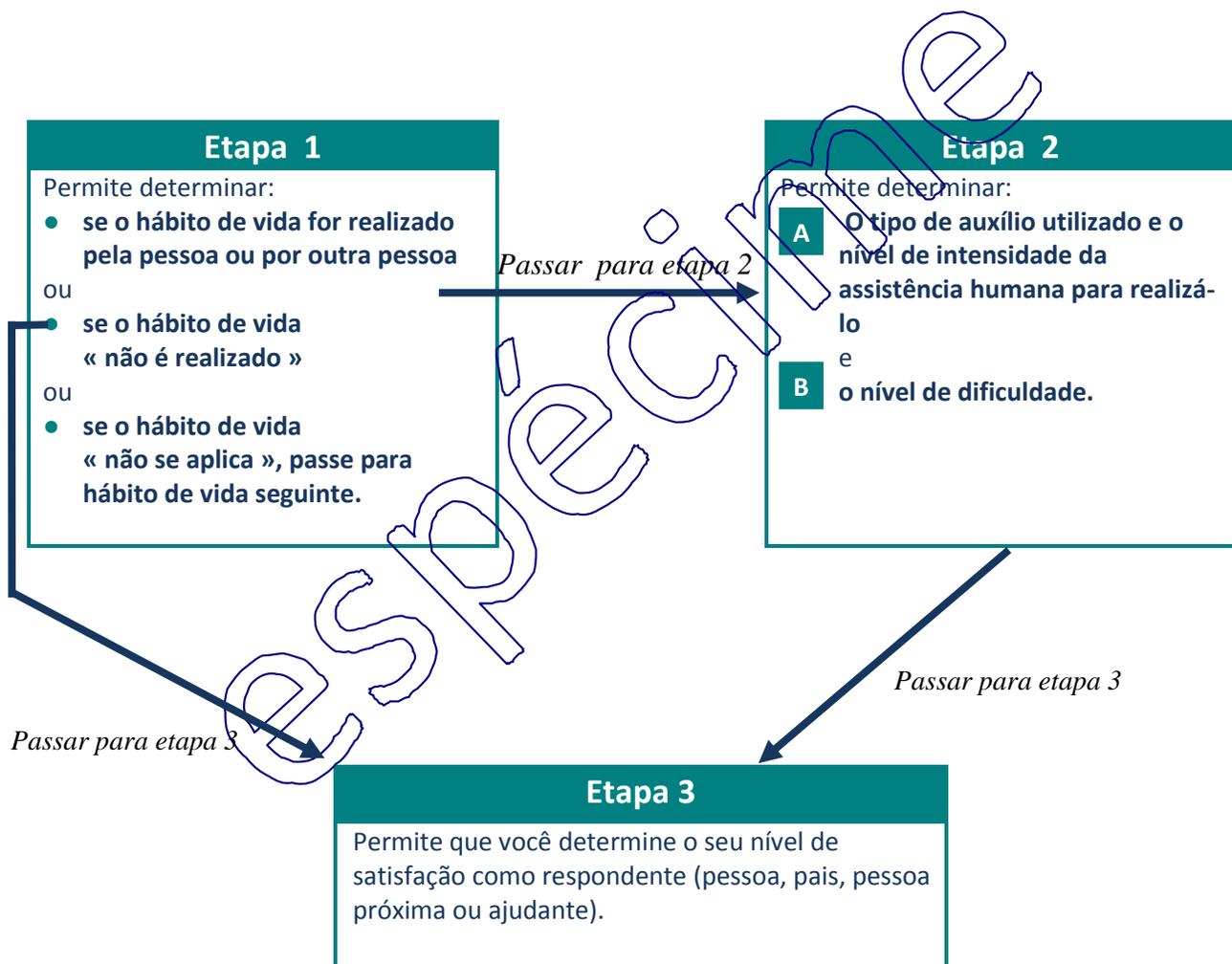
Os **hábitos de vida** são atividades sociais. Incluem as atividades do dia-a-dia e os papéis sociais que asseguram a sobrevivência e o apoio de uma pessoa na sociedade ao longo de sua vida. A realização de hábitos de vida depende da idade cronológica da pessoa, das expectativas do ambiente de vida e também dos aspectos culturais.

Atividades cotidianas	Papéis sociais
comunicação	Responsabilidades
Deslocamento	Relações interpessoais
alimentação	Vida associativa e espiritual
Condição física e bem estar psicológico	Educação
Cuidados pessoais e da saúde	Trabalho
Habitação	Lazer

Para cada hábito de vida, você deve indicar como a pessoa geralmente o faz, em sua vida diária. **Diz respeito à maneira mais comum que a pessoa o realiza.**

As etapas e o formato do questionário

Para cada hábito de vida,
Siga essas três etapas



Questionário

Siga as três etapas a seguir (Escolha os casos apropriados)	Etapa 1			Etapa 2						Etapa 3												
	Este hábito de vida é:			A			B			Nível de satisfação												
				Tipo de ajuda utilizada (1 resposta ou mais, segundo o caso)																		
Nota: Não esquecer que diz respeito ao modo cotidiano para a pessoa realizar seus hábitos de vida	realizado (pela pessoa ou outra pessoa)	Não realizado (Passar diretamente para a etapa 3)	Não se aplica (Passar para hábito de vida seguinte)	Ajuda técnica **	Adaptação **	Ajuda humana * (uma só resposta)			Nível de dificuldade			Muito satisfeito		Satisfeito		Insatisfeito		Muito insatisfeito				
						Sem ajuda	Pouca	Importante	total	Sem ou c/ pouca dificuldade	Com uma certa dificuldade	Com muita dificuldade	☺	☺	☹	☹						
Comunicar a informação de diferentes (oral, escrita, corporal, eletrônica)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	1
Acessar e compreender as informações de diferentes formas (oral, escrita, corporal, eletrônica)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	2
Você se desloca em curtas distâncias (entrar, sair, no interior de sua residência)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	3
Você se desloca no exterior (rua, passeio, cruzamentos)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	4
Você se desloca com a ajuda de meios de transporte (como condutor ou passageiro)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	5
Entrar e se deslocar em locais de comércio e serviços públicos e comunitários no seu meio (restaurante, vendas, centros recreativos, clínicas médicas)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	6
Preparar suas refeições	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	7
Comer suas refeições (em casa ou no restaurante)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	8

* « A ajuda humana » corresponde a toda ajuda humana suplementar (ajuda física, supervisão, lembrete de tarefas, encorajamento, etc.) trazidas no quadro da realização dos hábitos de vida de uma pessoa em razão de "sua deficiência" ou de obstáculos presentes no seu meio ambiente". « Sem ajuda » deve ser escolhido, mesmo se a pessoa não necessita de ajuda humana.

Siga as três etapas a seguir (Escolha os casos apropriados)	Etapa 1			Etapa 2						Etapa 3						
	Este hábito de vida é:			A			B			Nível de satisfação						
	realizado (pela pessoa ou outra pessoa)	Não realizado (Passar diretamente para a etapa 3)	Não se aplica (Passar para hábito de vida seguinte)	Tipo de ajuda utilizada (1 resposta ou mais, segundo o caso)			Nível de dificuldade									
			Ajuda técnica **	Adaptação **	Sem ajuda	Pouca	Importante	total	Sem ou c/ pouca dificuldade	Com uma certa dificuldade	Com muita dificuldade	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	
Manter uma boa condição física e mental	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	9
Assegurar seus cuidados pessoais (higiene, aparência, cuidados de saúde)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	10
Se vestir e se despir (Escolher e colocar suas roupas incluindo botões, fechamentos com zíper, cadarços, bijuterias...)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	11
Utilizar as louças sanitárias (incluindo lavabo, sanitários e todos os materiais necessários à eliminação...)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	12
Realizar atividades ligadas a sua residência (reformas, utilização de equipamentos)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	13
Assumir suas responsabilidades financeiras, civis e familiares	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	14
Fazer suas compras e utilizar serviços do meio que você vive	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	15
Ter relações sociais, afetivas ou íntimas com os outros.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	16
Participar das atividades e organizações do meio que você vive (grupos sociais ou comunitários, práticas religiosas ou espirituais)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	17

**A« Ajuda técnica » e « reforma » devem ser escolhidas somente quando é condição para realização de um hábito de vida para a pessoa. As ajudas técnicas específicas ao deslocamento e a comunicação devem ser consideradas somente nas seções deslocamento e comunicação.

<p>Siga as três etapas a seguir (Escolha os casos apropriados)</p> <p>Nota: Não esquecer que diz respeito ao modo cotidiano para a pessoa realizar seus hábitos de vida</p>	Etapa 1			Etapa 2						Etapa 3					
	Este hábito de vida é:			A			B			Nível de satisfação					
	realizado (pele pessoa ou outra pessoa)	Não realizado (Passar diretamente para a etapa 3)	Não se aplica (Passar para hábito de vida seguinte)	Tipo de ajuda utilizada (1 resposta ou mais, segundo o caso)						Nível de dificuldade					
			Ajuda técnica **	Adaptação **	Ajuda humana * (uma só resposta)			Sem ou com pouca dificuldade	Com uma certa dificuldade	Com muita dificuldade	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	
Realizar atividades ligadas a sua formação (escolar, profissional...)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	18
Realizar atividades ligadas ao trabalho (pesquisa, execução de trabalhos...) Nota : Se você não trabalha atualmente e se você deseja trabalhar, preencha "Não realizado"	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	19
Realizar atividades ligadas a uma ocupação não remunerada (voluntário, estagiário)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	20
Réaliser des activités de loisir (art, sports, passe-temps, sorties, voyages...)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	21

* « A ajuda humana » corresponde a toda ajuda humana suplementar (ajuda física, supervisão, lembrete de tarefas, encorajamento, etc.) trazidas no quadro da realização dos hábitos de vida de uma pessoa em razão de "sua deficiência" ou de obstáculos presentes no seu meio ambiente". « Sem ajuda » deve ser escolhido, mesmo se a pessoa não necessita de ajuda humana.

ANEXO VI : A MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE

DIREITOS AUTORAIS: Os instrumentos de medição e os formulários de coleta de dados MHAVIE e MQE são protegidos por direitos autorais e por direitos de propriedade intelectual. **Qualquer reprodução é estritamente proibida.**

Podem procurar esses documentos através do site internet do RIPPH <http://mhavie.ca>

Também podem entrar em contato com o RIPPH por e-mail ou por telefone.

✉ ripph@irdpq.qc.ca

☎ 418-529-9141, poste 6202

Medição da qualidade do ambiente

Versão reduzida

Formulário de coleta de informação



1 Nome : _____

2 Data de nascimento : dia mês ano
 / / _____

3 Sexo Feminino Masculino

4 data da avaliação : dia mês ano
 / / _____

5 O questionário é preenchido sob forma de:

Autoadministração

Entrevista

6 O entrevistado é:

A pessoa

Uma pessoa próxima

um ajudante (nome e área de trabalho/disciplina)

Referência : Fougeyrollas, P. et Noreau, L. (2008). *La Mesure de qualité de l'environnement (MQE) : Version courte*, Québec, Réseau international sur le Processus de production du handicap. Para mais informações : <http://mhavie.ca>

Instruções

A seguir cada item, você encontrará uma escala de avaliação que vai de (-3) para obstáculos até (+3) para facilitadores, assim como o caso « **Eu não sei** » e o caso « **Não se aplica** ».

	Escala de apreciação								
	Obstáculo			Facilitador					
	Maior	Médio	Menor	Nenhuma influência	Menor	Médio	Maior	Eu não sei	Não se aplica
Item	3	-2	-1	0	1	2	3		

- ✓ Se o item citado é avaliado como limitante ao desempenho de suas atividades ou tarefas correntes, preencha de acordo com sua opinião: "-1" (obstáculo menor), "-2" (obstáculo médio) ou "-3" (obstáculo maior).
- ✓ Se o item não influencia na realização de seus hábitos, marque "0" (sem influência).
- ✓ Se, pelo contrário, a afirmação facilita a realização de suas atividades ou tarefas correntes, marque "1" (facilitador menor), "2" (facilitador médio) ou "3" (facilitador maior).
- ✓ Se o item não se enquadra na sua situação ou não estiver presente no seu ambiente, marque "Não se aplica".

Nota: Certas situações ou fatores como a aplicação de leis podem influenciar sua vida em geral. Por outro lado, outros, como os serviços de ajuda em domicílio, podem influenciar no cotidiano.

Questionário

Levando em consideração suas capacidades e seus limites pessoais, indique de forma geral, até que ponto os fatores ou situações seguintes influenciam em sua vida cotidiana.	Escala de apreciação							Eu não sei	Não se aplica
	←			→			Nenhuma influência		
	Obstáculo					Facilitador			
Maior	Médio	Menor							
1. A ajuda de pessoas de sua família.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
2. O apoio das pessoas ao seu redor e seus próximos.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
3. Atitudes das pessoas ao seu redor (família, amigos e colegas)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
4. A disponibilidade de empregos em seu ambiente.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
5. As características do seu ambiente e suas condições de trabalho.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
6. Sua renda pessoal	-3	-2	-1	0	1	2	3		
7. Programas de seguridade social ou de compensação financeira.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
8. Os serviços comerciais de sua comunidade.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
9. Serviços de saúde (saúde, ajuda ao domicílio, reabilitação)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
10. Os serviços de educação.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
11. o veículo pessoal de seu uso.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
12. Os serviços de transporte comum/público.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
13. Rádio e televisão (acesso, qualidade de informação, legendagem, etc.)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
14. Serviços de comunicação eletrônica (telefone, fax, e-mail, internet)	-3	-2	-1	0	1	2	3		

Levando em consideração suas capacidades e seus limites pessoais, indique de forma geral, até que ponto os fatores ou situações seguintes influenciam em sua vida cotidiana.

	Escala de apreciação							Eu não sei	Não se aplica
	←			→					
	Obstáculo			Facilitador					
	Maior	Médio	Menor	Nenhuma influência	Menor	Médio	Maior		
15. Os serviços de organizações comunitárias em sua comunidade (instituições culturais, associações, organizações religiosas, organizações de esportes e recreação)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
16. Acessibilidade física da sua residência.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
17. A acessibilidade física dos edifícios que você frequenta em sua comunidade.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
18. Acessibilidade das vias de circulação da sua comunidade (ruas, calçadas)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
19. As condições climáticas	-3	-2	-1	0	1	2	3		
20. A intensidade luminosa	-3	-2	-1	0	1	2	3		
21. O barulho e intensidade sonora.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
22. O tempo utilizado para executar tarefas.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
23. Os objetos que você usa (equipamento de trabalho ou de estudo, móveis, eletrodomésticos, dispositivos eletrônicos)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
24. As ajudas técnica (disponibilidade, uso, manutenção)	-3	-2	-1	0	1	2	3		
25. Modos de participação nas tomadas de decisões.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
26. As políticas e programas governamentais.	-3	-2	-1	0	1	2	3		
27. Regulamentos e procedimentos administrativos	-3	-2	-1	0	1	2	3		

ANEXO VII : O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (OPCD)

www.vidabrasil.org.br / blogdavidabrasil.blogspot.com.br/

Rua da Mouraria 74, Nazaré

Salvador – Bahia

CEP 40040 – 090 BRASIL

salvador@vidabrasil.org.br

(55 – 71) 33 21 43 82 / 46 88

Trata-se de um índice que permite analisar e sintetizar o impacto da participação de organizações da sociedade civil (OPCD) nos espaços de concertação, participação democrática e controle social.

Avaliação participativa de cinco dimensões:

- A **presença das organizações** em tais espaços;
- A **qualidade da sua atuação** nesses espaços;
- A sua **participação nas diversas etapas** do controle social (planejamento, monitoramento, avaliação);
- A **existência de projetos, políticas e programas** que surgem desses espaços e **respondem às demandas das OPCDs**;
- O nível de diálogo e **construção coletiva associando poderes públicos e OPCDs**.

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS OPCDs

Para cada uma dessas dimensões, é atribuída um valor que oscila de 0 à 4:

- 0 : a dimensão considerada piorou muito
- 1 : a dimensão considerada piorou
- 2 : não teve mudança significativa
- 3 : a dimensão considerada melhorou
- 4 : a dimensão considerada melhorou muito

O índice varia de 0 a 20.

Uma estagnação no funcionamento desses espaços corresponde a um índice igual a 10.

ANEXO VIII : Amostragem

TABELA 1
Tabela de amostragem proposta segundo uma população dada

<i>N</i>	<i>S</i>	<i>N</i>	<i>S</i>	<i>N</i>	<i>S</i>
10	10	220	140	1200	291
15	14	230	144	1300	297
20	19	240	148	1400	302
25	24	250	152	1500	306
30	28	260	155	1600	310
35	32	270	159	1700	313
40	36	280	162	1800	317
45	40	290	165	1900	320
50	44	300	169	2000	322
55	48	320	175	2200	327
60	52	340	181	2400	331
65	56	360	186	2600	335
70	59	380	191	2800	338
75	63	400	196	3000	341
80	66	420	201	3500	346
85	70	440	205	4000	351
90	73	460	210	4500	354
95	76	480	214	5000	357
100	80	500	217	6000	361
110	86	550	226	7000	364
120	92	600	234	8000	367
130	97	650	242	9000	368
140	103	700	248	10000	370
150	108	750	254	15000	375
160	113	800	260	20000	377
170	118	850	265	30000	379
180	123	900	269	40000	380
190	127	950	274	50000	381
200	132	1000	278	75000	382
210	136	1100	285	1000000	384

Legenda:

N é o tamanho da população.

S é amostra.

Fonte: ROBERT V. KREJCIE, University of Minnesota, Duluth & DARYLE W. MORGAN, Texas A. & M. University (1970). Determining Sample Size for Research Activities. *Educational and Psychological Measurement*, 30, 607-610.

Esse guia inicia com a apresentação do desenvolvimento local inclusivo (DLI), um processo que visa a plena participação social, econômica, cultural e política em um território. Diz respeito potencialmente a todos os atores de formas diferentes: indivíduos, grupos, associações, instituições públicas, empresas, mídia, financiadores, famílias, etc. Além do DLI, encontram-se as principais definições dos conceitos centrais utilizados em uma abordagem de planejamento e de avaliação dos efeitos de ações locais sobre a participação das pessoas com deficiência.

Também contém cinco instrumentos que permitem realizar a avaliação e o planejamento das ações. Concebido com uma perspectiva de autoavaliação, este guia está direcionado em prioridade para atores e atrizes de campo envolvidos/as diretamente no cotidiano em ações de DLI. Trata-se, entre outros, das pessoas com deficiência, das suas famílias e das suas organizações representativas, dos profissionais e organizações que atuam na área da deficiência, dos prestadores de serviço e de outras entidades que intervêm no meio.

Enfim, a diversidade geográfica dos atores envolvidos na elaboração e redação do guia e a tomada em consideração de contextos de desenvolvimento muito diferentes, faz com que esse guia possa ser utilizado em muitos países, como na Europa, América do Norte e do Sul, África e em outras partes do mundo.

Veronique Garcia

